



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

170ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Ata da ordem dos dias 11, 12 e 13 de agosto de 2009.

BRASÍLIA – DF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

170ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Local: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília - DF

Data: 11, 12 e 13 de agosto de 2009

Local: MDS, Anexo, 1º andar, Sala de Reuniões do CNAS, nº 108 – Brasília/DF

1 Aos onze, doze e treze dias do mês de agosto de dois mil e nove teve início a Centésima
2 Septuagésima Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a
3 Presidência da Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante
4 Titular do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, Sra. Márcia Maria
5 Biondi Pinheiro. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade:
6 Membros Titulares e Suplentes do CNAS: Conselheira Márcia Maria Biondi Pinheiro, Ministério
7 do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Conselheira Margareth Alves Dallaruvera,
8 Federação Nacional dos Assistentes Sociais – FENAS, e Vice-Presidente; Conselheiro Renato
9 Francisco dos Santos Paula, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS;
10 Conselheira Simone Aparecida Albuquerque, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à
11 Fome – MDS; Conselheiro José Geraldo França Diniz - Ministério do Planejamento, Orçamento e
12 Gestão – MP; Conselheiro Mauro Ceza Nogueira do Nascimento - Ministério do Planejamento,
13 Orçamento e Gestão – MP; Conselheira Rose Mary Oliveira - Ministério da Previdência social -
14 MPS; Conselheiro José Ferreira da Cruz - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à
15 Fome – MDS; Conselheira Edna Aparecida Alegro - MF; Conselheira Heloisa Helena Mesquita
16 Maciel – Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Assistência Social – FONSEAS;
17 Conselheiro Charles Roberto Pranke - CONGEMAS; Conselheiro Sérgio Wanderly Silva –
18 CONGEMAS; Conselheiro Pe. Nivaldo Luiz Pessinatti - Confederação Nacional de Bispos do Brasil
19 – CNBB; Conselheiro Antônio Celso Pasquini - União Social Camiliana; Conselheira Renata
20 Rodrigues Flores Alves – Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços; Conselheira
21 Rosa Maria Ruthes – Instituto Social, Educativo e Beneficente Novo Signo; Conselheiro Renato
22 Saidel Coelho - Associação da Igreja Metodista; Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite - Federação
23 Espírita Brasileira; Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari - Associação para Valorização e Promoção
24 de Excepcionais – AVAPE; Conselheira Marisa Fúria Silva - Associação Brasileira de Autismo –
25 ABRA; Conselheiro Mizael Conrado de Oliveira – União Brasileira de Cegos - UBC; Conselheiro
26 João Carlos Carreira Alves – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos;
27 Conselheira Maria Dolores da Cunha Pinto – Federação Nacional das APAES – FENAPAE;
28 Conselheiro Samuel Rodrigues - Movimento Nacional de População de Rua; Conselheiro Geraldo
29 Gonçalves de Oliveira Filho - Federação Nacional dos Trabalhadores das Instituições Beneficentes
30 Religiosas e Filantrópicas – FENATIBREF; Conselheiro Edval Bernardino Campos – Conselho
31 Federal de Serviço Social - CFESS; Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite - Federação
32 Nacional dos Psicólogos – FENAPSI; e, Conselheiro Josenir Teixeira, - OAB. **ABERTURA.** Aos
33 onze dias do mes de agosto de dois mil e nove, dando início à Centésima Septuagésima Reunião
34 Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, a senhora Presidente passou à
35 conferência de quorum, pela Secretária-Executiva: Conselheiros Titulares ou na titularidade
36 presentes: Conselheiro Carlos Ferrari, Conselheiro Renato Saidel, Conselheiro Geraldo, Conselheira
37 Edna, Conselheira Simone, Conselheiro Charles, Conselheiro Frederico, Conselheira Heloísa,

38 Conselheira Dolores, Conselheiro Renato de Paula, Conselheira Renata, Conselheiro José Crus,
39 Conselheira Márcia, Conselheiro José Geraldo, Conselheiro Pasquini, na titularidade. Conselheiros
40 suplentes presentes, Conselheira Marisa, Conselheiro Samuel, Conselheiro Sérgio, Conselheira
41 Rosa e Conselheiro João Carlos. A Secretária-Executiva indagou se o Conselheiro Mizael havia
42 justificado sua ausência, sendo possível sua vida nessa oportunidade e aproveitou para informar a
43 presença do futuro Conselheiro Titular Representante da CNBB, Conselheiro Vicente Falquito. A
44 senhora Presidente passou para o item **Aprovação da Ata da 169ª Reunião Ordinária do CNAS e**
45 **da Pauta. Em não havendo nenhuma observação, a Ata da Centésima Sexagésima Nona Reunião**
46 **Ordinária foi aprovada pelo Pleno.** Prosseguindo, a senhora Presidente procedeu à leitura da Pauta:
47 **Dia 11.08.2009 - Manhã: 9h às 12h:** Reunião da Comissão de Política (Temas relacionados à
48 Comissão Nacional Intersetorial do SINASE e outros assuntos), Reunião da Comissão de
49 Financiamento (Planejamento Estratégico do CNAS e outros) e Reunião da Comissão de Normas
50 (procedimentos internos e outros assuntos). **Tarde: 14h às 14h30min:** Aprovação da Ata da 169ª
51 Reunião Ordinária do CNAS e da Pauta; **14h30min:** Informes da Presidência / Secretaria
52 Executiva, MDS, CIT e de Conselheiros; **15h às 18h:** Debate: Reforma Tributária (Convidados: Dr.
53 José Aparecido Ribeiro, IPEA; SRFB; Dr. André Luis Barreto de Paiva Filho, Secretário Adjunto
54 da Secretaria Extraordinária de Reformas Econômico-Fiscais e o Deputado Sandro Mabel, Relator do
55 projeto; e, Observatório do CDES); **18h às 19h:** Presidência Ampliada. **Dia 12.08.2009 – Manhã:**
56 **09h às 10h:** Câmaras de Julgamento; **10h às 12h:** Relato da Reunião Conjunta da Comissão de
57 Normas e Conselhos (inscrição das entidades nos Conselhos de Assistência Social); **Tarde: 13h às**
58 **15h:** Relato da Comissão de Conselhos; **15h às 17h:** Relato da Comissão de Política; **17h às 18h:**
59 Relato da Comissão de Financiamento. **Dia 13.08.2009 – Manhã: 09h às 11h:** Relato da Comissão
60 de Normas; **11h às 13h:** Relato do GT Resolução nº 44/2009; **Tarde: 14h às 16h:** Relato da
61 Comissão Organizadora da VII Conferência Nacional de Assistência Social; **16h às 17h:** Informe
62 sobre o Protocolo de Integração de Serviços e Benefícios da Assistência Social; **17h às 18h:** Relato
63 da Presidência Ampliada. **INVERSÃO DE PAUTA:** A senhora Presidente informou que na sexta-
64 feira, dia 14, havia sido prevista uma reunião da Comissão Organizadora da Conferência, com os
65 seus membros tendo que permanecer toda a semana em Brasília, tendo sido proposta sua alteração
66 para esse dia no horário noturno, e a da Presidência Ampliada se realizaria no dia seguinte. Após
67 colocações, foi definido que a reunião da Presidência Ampliada seria realizada no dia seguinte, das
68 12h às 13h30, com a Plenária iniciando às 14h, e a reunião da Comissão Organizadora seria nesse
69 dia, ao final da Reunião. A Conselheira Edna inquiriu se a Câmara de Julgamento poderia se reunir
70 no dia seguinte, de 8h às 9h30, avançando-se meia hora no horário de almoço. A senhora Presidente
71 informou três propostas de horário para a reunião da Presidência Ampliada: às 8h, no horário de
72 almoço e outra no dia 12, indicando os horários consensuados: **dia 11.08.2009: 18h:** reunião da
73 Comissão Organizadora; **dia 12.08.2009: 8h às 9h:** Presidência Ampliada. A senhora Presidente
74 passou ao item **Informes da Presidência / Secretaria Executiva, MDS, CIT e de Conselheiros. -**
75 **Informes da Presidência / Secretaria-Executiva.** A Secretária-Executiva registrou a presença da
76 Conselheira Margareth, aniversariante do dia anterior, e do Conselheiro Clodoaldo. **Ausências**
77 **justificadas:** Conselheiro Josenir, dia 27 na Reunião Extraordinária, em virtude de nascimento de
78 sua filha; Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos, dia 27, na Comissão de Conselhos e Normas, por
79 motivo de viagem a São Gabriel do Oeste/MS, para participar da Conferência Municipal de
80 Assistência Social; Conselheiro Renato de Paula, dia 27 na Reunião Extraordinária e na Reunião
81 Conjunta de Conselhos e Normas, por motivo de viagem para São Luiz para a Conferência
82 Municipal; e, dia 11, 11 no período da manhã em razão de tratamento médico; Conselheiro Renato
83 Saidel, dia 4 de agosto, na Reunião Extraordinária da Comissão de Conselhos por motivo de viagem
84 a Salvador, para participar da Conferência Municipal de Assistência Social; Conselheira Fátima,

85 dias 11, 12 e 13 de agosto, em razão de férias; Conselheira Heloísa, dia 16 de julho na Reunião
86 Ordinária, em virtude de compromissos profissionais; dia 4 de agosto na Reunião Extraordinária da
87 Comissão de Conselhos por motivo de viagem à Palmas, Tocantins, para participar da Conferência
88 Municipal e no dia 13 de agosto e 14, em razão de compromissos assumidos anteriormente;
89 Conselheiro Sérgio Wanderly, dia 4 em razão de compromisso com o CONGEMAS e CIT;
90 Conselheira Tânia Garib, dia 27, na Reunião Extraordinária e na reunião de Conselhos e Normas,
91 em virtude da participação nas Conferências Municipais de Assistência Social no estado do Mato
92 Grosso do Sul; dia de agosto, na Reunião Extraordinária de Conselhos, em virtude de participação
93 na Reunião do FONSEAS; dias 11 e 12 de agosto em razão de agenda com o Governador do Mato
94 Grosso do Sul; Conselheiro Josenir, dias 22 e 23 de julho, na Reunião do GT instituído pela
95 Resolução 44 e dia 11 de agosto em razão de compromissos profissionais; Conselheiro Geraldo, dia
96 5 de agosto, na reunião da CIT, em virtude de participação na Conferência Municipal de Sete
97 Lagoas, Minas Gerais; Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos, dia 4 de agosto, na Reunião da
98 Comissão de Conselhos, devido a problemas de viagem, em razão de viagem a Porto Velho,
99 Rondônia e Campo Grande, Mato Grosso do Sul; dia 10 de agosto na reunião do GT de Habilitação
100 e Reabilitação, e dias 11, 12 e 13 e 14 por problemas de saúde na família; Conselheira Simone, dia
101 12, no período de 9h às 11h e no dia 13, de 9h às 12h, em virtude de tratamento de saúde;
102 Conselheiro Nivaldo Luiz Pessinatti, dias 11, 12 e 13, em razão de férias; e, Conselheiro, Frederico,
103 dia 27, em razão de compromissos para a Conferência Municipal de Florianópolis. **E-mails**
104 **enviados:** A Secretária-Executiva destacou o envio do Relatório da Execução Orçamentária e
105 Financeira do Fundo; Carta Aberta aos Trabalhadores da Assistência Social; resolução que havia
106 aprovado a execução orçamentária do Fundo Nacional; texto informando que a Comissão de
107 Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados havia aprovado o Projeto de Lei que
108 incentivava a doação para entidades de Assistência Social, sendo encaminhamento da Conselheira
109 Edna, para conhecimento dos Conselheiros; e, Resolução CNAS 67, que aprovava a proposta
110 orçamentária do CNAS. **Participação dos Conselheiros nas Conferências:** São Paulo e Recife,
111 Conselheira Márcia; Porto Alegre, Fortaleza e João Pessoa, Conselheiro Samuel; Florianópolis,
112 Conselheiro Frederico; Porto Velho, Conselheiro Edivaldo; Conselheira Márcia; Vitória, São Luiz e
113 Aracaju, Conselheiro Renato de Paula; Palmas, Conselheira Heloísa; Curitiba, Conselheiro
114 Frederico; Maceió, Conselheira Edna, Teresina, Conselheira Valdete, como colaboradora; Belém,
115 Conselheira Margareth; Boa Vista, Conselheiro Carlos Ferrari; Salvador, Conselheiro Renato
116 Saidel; e, Macapá, Conselheira Marisa Fúria. **Notícias no site,** destacando a atualização do
117 calendário das Conferências Municipais; as orientações da Secretaria da Receita Federal e da parte
118 aduaneira para as entidades em relação a processos de pedidos de importação. Prosseguindo, a
119 Secretária-Executiva indicou as **Audiências realizadas e assuntos tratados,** passando a relatar os
120 **Convites:** Simpósio Internacional sobre Desenvolvimento Social, Políticas Sociais para o
121 Desenvolvimento Social, Superar a Pobreza e Promover a Inclusão, dias 5 a 7 de agosto:
122 Conselheiros Márcia, Margareth Alves, Tânia Garib, José Geraldo, José Ferreira Crus e Maria José
123 Freitas; Fórum de Assistência Social de São Paulo encaminhado à Presidente e Vice-Presidente do
124 CNAS, para compor a mesa Audiência Pública de Avaliação do SUAS, no dia 11 de agosto, na
125 Câmara Municipal de São Paulo, que haviam agradecido e declinado o convite, em virtude da
126 Reunião Ordinária do Conselho. Aparteando, o Conselheiro Ferderico solicitou que o material do
127 Simpósio Internacional fosse disponibilizado aos Conselheiros, ao que a Secretária-Executiva
128 solicitou que fosse indicada a forma de se fazer esse envio. **Comunicados:** Informou que o CNAS
129 havia encaminhado e-mail a todos os Conselhos de Assistência no dia 21 de julho, informando a
130 nova composição da Presidência; que o Fórum Nacional de Assistência havia encaminhado
131 manifestação de reconhecimento ao trabalho desenvolvido pela ex-Presidente, Conselheira Valdete

132 e pelo ex-Vice-Presidente, Conselheiro Pessinatti, desejando sucesso à nova gestão das
133 Conselheiras Márcia e Margareth; Conselho Municipal de Lavras, Minas Gerais, enviou e-mail
134 agradecendo o material de apoio às Conferências; Conselho Estadual de Santa Catarina encaminhou
135 e-mail cumprimentando a nova Presidência e desejando sucesso para a gestão; Fórum de
136 Assistência Social de São Paulo enviou e-mail parabenizando a Conselheira Margareth pela eleição
137 e posse como Vice-Presidente do Conselho; Conselho Municipal de Assistência Social de Natal
138 encaminhou ofício agradecendo a participação do Conselheiro José Crus, que havia proferido a
139 Palestra Magna. **Aniversariantes do mês:** Conselheira Simone, dia 7; Conselheira Margareth, dia
140 10; Conselheiro Charles, dia 12; Conselheiro Pasquini, dia 24; e, Conselheira Dolores, dia 24.
141 Continuando, a senhora Presidente informou que durante a participação na Conferência Municipal
142 de São Paulo, foi feita visita ao Conselho Estadual de São Paulo, onde estava se realizando eleição,
143 elogiando as suas instalações e a receptividade com que havia sido recebida, como representante do
144 Conselho Nacional. A Conselheira Edna informou a disponibilização do Manual – Entidades
145 Sociais, do Ministério da Justiça, Desigualdades na Escolarização no Brasil e Indicadores de
146 Equidade do Sistema Tributário Nacional, material enviado após o GT instituído pela Resolução nº
147 44, realizado com a presença do MJ, com esse material sendo do Observatório da Equidade, que
148 compunha o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República.
149 **Informes do MDS.** A Conselheira Simone relatou a realização do Simpósio Internacional, com a
150 presença de 35 países, para discussão da crise e seu enfrentamento pelos países que mais investiram
151 na sua rede de promoção e proteção social, com destaque para Brasil e Chile. Destacou o
152 reconhecimento internacional dos investimentos do Brasil nos programas sociais para a população
153 mais pobre e vulnerável e a importância desses projetos e do Estado frente à conjuntura atual. A
154 senhora Presidente, complementando as colocações da Conselheira Simone, referiu-se à fala do
155 Presidente sobre a reconhecida importância das Conferências Nacionais, antecedidas de Municipais
156 e Estaduais, garantindo a democratização das decisões. A Conselheira Simone, observando o
157 destaque internacional do MDS, informou que o Presidente havia aberto e solicitado para participar
158 do fechamento do Simpósio, do qual seria produzido material a ser disponibilizado, assim como o
159 lançamento de um livro sobre o evento. Concluindo, manifestou a importância de se discutir os
160 desafios, principalmente na área da Assistência Social, rearranjados pela globalização, bem como o
161 aumento de 10% do valor do Programa Bolsa Família. Indagou se já havia sido colocado para a
162 Comissão de Financiamento a recomposição do orçamento do ProJovem, com os municípios tendo
163 até 31 de agosto para os procedimentos para receber os recursos para atender os 600 mil jovens.
164 Aparteando, a senhora Presidente informou a chegada da Conselheira Rose, para registro. O
165 Conselheiro José Geraldo, em relação ao Simpósio, destacou a unanimidade e os avanços ocorridos
166 na área da Assistência Social e a necessidade de consolidar esses avanços. Complementando, o
167 Conselheiro José Crus informou que o Simpósio havia sido todo gravado e que todos teriam acesso
168 a essa gravação, inclusive tendo sido possível seu acesso via MDR, quando da sua realização.
169 **Informes da CIT.** A Conselheira Rosa informou ter ocorrido na reunião debate sobre a tipificação,
170 com a CIT recomendando ao CNAS discutir e levar esse tema para a Conferência. Relatou o início
171 da pesquisa da FIOCRUZ nos abrigos na Região Sul e Sudeste no final do mês de agosto, com
172 apresentação do formulário sobre os benefícios eventuais. Complementando, o Conselheiro Charles
173 ressaltou que o ponto alto da reunião havia sido a questão da tipificação, que não havia sido
174 fechada, com a Comissão tendo mais dois dias na próxima reunião do dia 9 de setembro para se
175 aprofundar esse debate, com a ideia de se fechar o tema até a reunião de novembro do CNAS para
176 aprovar antes da Conferência. **Informe dos Conselheiros.** O Conselheiro Ferrari relatou que a
177 AVAPE vinha fazendo um trabalho de expansão e de parceira com o Banco Interamericano de
178 Desenvolvimento, iniciando novo trabalho em Fortaleza, em parceria com o Recanto Psico-

179 Pedagógico da Aldeota. Destacou, também, a campanha AVAPE Pelo Respeito, cujo material seria
180 entregue oportunamente, e informando sobre um blog colocado no ar para compartilhamento de
181 idéias. Comentou a representação do CNAS na cidade de Luis Eduardo/BA, e o recebimento de um
182 e-mail sobre a realização do 1º Encontro de Assistentes Sociais, promovido pela Secretaria de
183 Estado da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, no dia 27 de agosto. A Conselheira
184 Maria Dolores referiu-se ao Parecer nº 13/2009, do Conselho Nacional de Educação, encaminhado
185 para homologação no Ministério da Educação, proibindo qualquer repasse de recursos do Fundeb
186 para as escolas de educação especial só no atendimento complementar e suplementar. Destacou que
187 essa medida prejudicaria 200 mil crianças que estavam atualmente em escola especial, com
188 atendimento de escolarização regularmente constituído, autorizadas a funcionar pelos respectivos
189 Conselhos em algumas localidades, mas que, após mobilização das instituições, o Ministro da
190 Educação havia decidido não homologar nesse momento. Concluindo, a Conselheira Maria Dolores
191 informou que esse documento se encontrava no site do Conselho Nacional de Educação, solicitando
192 a todos sua leitura. O Conselheiro João Carlos sugeriu o uso de twitter pelo CNAS, com a senhora
193 Presidente esclarecendo que essa proposição seria encaminhada à Assessoria de Comunicação. A
194 Conselheira Margareth informou que no dia 24 havia sido realizado no Rio de Janeiro um ato
195 público em defesa do PL 3077, o PL SUAS, juntando-se aos atos “Petróleo é Nosso” e ao ato da
196 Criança e do Adolescente. O Conselheiro Clodoaldo registrou que no dia 22 havia participado na
197 Conferência Municipal da Assistência Social, em Caieiras, falando sobre Controle Social. A
198 Conselheira Margareth informou sua participação, em nome do Conselho Nacional de Assistência,
199 na Conferência na cidade de Teresópolis, a convite do Secretário da Assistência Social e também o
200 registro de seu comparecimento às Conferências do Rio de Janeiro e Mato Grosso, representando o
201 CNAS. O Conselheiro Frederico informou a participação na Caravana SUAS de Pernambuco,
202 informando a colheita de 605 assinaturas, já colocadas na Comissão de Política para digitalização.
203 A senhora Presidente informou, para registro, sua participação na Conferência em Bauru. O
204 Conselheiro Pasquini registrou sua participação na Conferência Municipal de Jundiá no dia 7 de
205 agosto, trazendo o material do evento e os agradecimentos do Prefeito e da Secretária.
206 Prosseguindo, a senhora Presidente solicitou à Secretária-Executiva que procedesse à leitura do
207 nome dos convidados presentes: Dr. Eduardo, advogado; Dora Bueno, Confederação Brasileira de
208 Fundações; Núbia, FONACEAS e CEAS/Maranhão; Marilú, CEAS/ Mato Grosso; Lenil,
209 FONACEAS e CEAS/Mato Grosso, e; Dr. Douglas, da Consultoria Jurídica do MDS. Na
210 sequência, a senhora Presidente passou para o item **Debate: Reforma Tributária (Convidados:**
211 **Dr. José Aparecido Ribeiro, IPEA; SRFB; Dr. André Luis Barreto de Paiva Filho, Secretário**
212 **Adjunto da Secretaria Extraordinária de Reformas Econômico-Fiscais e o Deputado Sandro**
213 **Mabel, Relator do projeto; e, Observatório do CDES).** Informou a presença do Dr. José
214 Aparecido Ribeiro, pesquisador do IPEA e colaborador do Conselho do Desenvolvimento
215 Econômico e Social, acompanhado da Dra. Maria Veloso, também do Conselho. Esclareceu que o
216 deputado Sandro Mabel havia justificado sua ausência, sendo representado pela Dra. Meire Lucy, e
217 Dr. André Luis Barreto de Paiva, Secretário Adjunto da Secretaria Extraordinária de Reformas
218 Econômico-Fiscais. Prosseguindo, deu as boas-vindas aos convidados, manifestando que o CNAS
219 vinha debatendo várias questões que estavam colocadas na conjuntura e nos desafios das Políticas
220 Públicas. Observou que esse convite havia sido parte de um processo de aquisição de informações e
221 debates visando a proximidade da Conferência Nacional, que seria realizada no período de 30 de
222 novembro a 3 de dezembro, esclarecendo sobre seu funcionamento e das Conferências Estaduais e
223 Municipais e os temas a serem discutidos. Colocou que um dos subtemas para debate seria o
224 financiamento e a reforma tributária que se aproximava e a as discussões pertinentes, assim como a
225 existência da Comissão de Financiamento, que discutia permanentemente os temas relacionados à

226 essa área. Dando início ao debate a Dra. Maria Veloso, Assessora Técnica do Conselho de
227 Desenvolvimento Econômico e Social, destacou a participação do Dr. José Aparecido Ribeiro, do
228 IPEA, que falaria sobre o processo de observação do Sistema Tributário Nacional, e do Dr. André
229 Paiva, do Ministério da Fazenda, que participavam do trabalho do Conselho no Observatório da
230 Equidade, informando o encaminhamento de um material, com a Conselheira Edna esclarecendo
231 que o mesmo já havia sido distribuído aos Conselheiros e informado o site para consulta. Tomando
232 da palavra, o Dr. José Aparecido discorreu sobre o trabalho que realizava e a participação de
233 técnicos de diversas áreas nessa discussão do Sistema Tributário, abordando não apenas a reforma
234 tributária, mas procurando traçar um diagnóstico desse sistema, que permitissem seu
235 monitoramento, com todos os seus resultados encaminhados à legitimação da Plenária do Conselho,
236 chegando-se a um relatório final, de fácil compreensão por todas as áreas. Relatou que a conclusão
237 final a que haviam chegado era que o sistema tributário era injusto, discorrendo sobre a questão,
238 ressaltando a importância de ferramentas como essa e que permitiam uma discussão mais política
239 desse tema, esclarecendo os problemas e destacando o trabalho em cinco dos sentidos considerados
240 injustos, destacando que cada um desses problemas era detalhado no relatório, com uma série de
241 indicadores. Prosseguindo, o Dr. José Aparecido discorreu sobre os problemas apresentados, e a
242 distorção no uso dos impostos coletados, a importância da reforma política, as regras existentes e
243 que eram diferenciadas. Prosseguindo, chamou a atenção de que era importante ter políticas, com a
244 reforma tributária vindo para tentar, entre outras coisas, simplificar, homogeneizar e permitir mais
245 transparência, com o que se conseguiria a educação tributária, com o contribuinte conhecendo e
246 reclamando seus direitos. Em seguida, a senhora Presidente passou para o Dr. André, que destacou
247 que passou a se referir ao projeto sobre a reforma tributária, que o governo havia encaminhado e
248 como havia se desenvolvido no Congresso Nacional, e como esse projeto interagia com a questão
249 da seguridade social mais propriamente dita. Destacou o material que havia trazido e que poderia
250 ficar à disposição dos presentes, passando a se referir aos objetivos da reforma tributária, que
251 vinham atacar alguns dos problemas citados pelo Dr. José Aparecido, não dando para resolver todos
252 de uma vez. Destacou que a reforma tributária afetaria o sistema da seguridade social em dois
253 grandes aspectos: substituindo no modelo de financiamento da seguridade a fonte precípua que
254 eram as contribuições destinadas exclusivamente para o sistema de seguridade, para um novo
255 sistema de participação na arrecadação geral dos impostos; e, em decorrência dessa carga que se via
256 excessiva na folha de pagamento tinha também um comando dentro da reforma que previa a
257 desoneração da folha de pagamento, discorrendo sobre o que isso significaria para o sistema de
258 financiamento em termos de volume de recursos para o sistema da seguridade social. Prosseguindo,
259 indicou quais eram as mudanças que a reforma trazia para a estrutura dos tributos federais, e
260 explanando sobre sobre as propostas que estavam em negociação no Congresso Nacional. O Dr.
261 André explicou como eram os impostos atualmente, cada um com uma destinação específica, e
262 quais os tributos que continuariam com a reforma e aqueles que se destinariam à seguridade social,
263 que ficaria com 39,7%. Questionou o porquê de mudar o sistema atual, mexer nessa parte da
264 seguridade social, esclarecendo que atualmente o lastro fundamental, como havia mencionado, era
265 tributação de consumo para o financiamento da seguridade social, discorrendo sobre o
266 compartilhamento dessa base com os entes federados e as suas consequências. Relatou que isso tudo
267 ficava fundamentado em um novo modelo, com a sintonia fina se fazendo em outros aspectos e
268 esclarecendo o que esse novo modelo permitia. O Dr. André, discorrendo sobre os tributos da
269 seguridade social e seu comportamento ao longo do tempo, observou que a arrecadação dos tributos
270 exclusivos da seguridade não tinham uma correspondência ao comportamento das suas despesas,
271 que tinham outro ciclo. Observou que atualmente, se precisassem de recursos para seguridade, se
272 aumentaria a alíquota do PIS e Cofins, mas que na prática não era nesse nível de simplicidade,

273 colocando o viés político existente e destacando que a seguridade social muito ganharia com uma
274 base ampla e mais estável, referindo-se os gráficos apresentados, com as oscilações das
275 contribuições da seguridade social antes e com o novo modelo, apresentando-se mais estável.
276 Discorrendo sobre o material em tela, o Dr. André relatou as discussões com o pessoal da área
277 social, parecendo que se estaria acabando com o orçamento exclusivo da área da assistência social,
278 com esse texto dizendo que não era disso que se tratava, não se rompendo com um modelo da
279 Constituição de 88 de orçamento fiscal e orçamento da seguridade, estando preservado nessa
280 proposta. Prosseguindo, referiu-se ao quadro que mostrava a sobrecarga que se havia criado no
281 Brasil na base folha de pagamentos e as ações que eram beneficiadas e que poderiam ser
282 sustentadas por outras fontes, como políticas de educação. Esclareceu que aquilo que era na
283 proposta do governo algo para ser detalhado depois atualmente já estava textualmente na reforma
284 tributária com o substitutivo da comissão e no relatório do deputado Sandro Mabel, que havia
285 contemplado tais questões. O Dr. André indicou as lâminas que traziam os impactos e os ganhos
286 para a seguridade social, mas arrazoando que essa reforma era feita por entenderem que melhorando
287 todos esses aspectos, econômicos e sociais, haveria um ambiente mais propício para o crescimento e
288 para o desenvolvimento do país. Concluindo, referiu-se aos objetivos que eram melhorar o sistema
289 tributário e abrir horizontes para que o país crescesse mais, tendo-se melhores e maiores fontes de
290 recursos para equacionar as nossas questões sociais, alcançando-se, com certeza, mais de R\$ 10
291 bilhões adicionais para as políticas de seguridade social. Agradecendo a clareza da apresentação, a
292 senhora Presidente passou a palavra para a Dra. Meire Lucy, representante do deputado Sandro
293 Mabel, relator do projeto da reforma tributária. A Dra. Meire Lucy justificou a ausência do
294 deputado, que havia se colocado à disposição para em outra oportunidade poder estar presente para
295 debater esse tema ou outro tema que fosse de interesse do Conselho. Informou a distribuição de
296 uma cartilha, esclarecendo que levaria alguma contribuição dessa reunião para o deputado, pois o
297 debate da reforma tributária na Câmara dos Deputados ainda não havia encerrado. Explicou que
298 havia ocorrido a primeira etapa, com o debate e a votação na Comissão Especial, com o próximo
299 passo sendo a votação no Plenário, onde poderiam ocorrer algumas mudanças. Ressaltou que muito
300 do que teria para dizer, já havia sido colocado pelo Dr. André, parceiro do deputado Sandro Mabel,
301 indo ao encontro de alguns dos objetivos ou alguns dos problemas percebidos pelo deputado Sandro
302 Mabel e que ele havia atacado no seu relatório. A Dra. Meire Lucy esclareceu que quando o
303 deputado Sandro Mabel havia recebido a relatoria da proposta de reforma tributária, buscou
304 informações em fontes que pudessem traçar diagnósticos e trazer contribuições para a elaboração
305 desse relatório, de forma que ele alcançasse o objetivo que se propunha o Governo Federal, de
306 simplificação do sistema tributário. Explicou que a partir da orientação da OCDE o deputado havia
307 tomado como princípio básico da reforma tributária “pagar todos para todos pagarem menos”,
308 porque essa carga ficava muito sobre uma determinada parte da sociedade enquanto toda a
309 sociedade precisava dos serviços do Governo. Esclareceu que haviam existido várias tentativas de
310 reforma tributária no Congresso Nacional, até se chegar à PEC 233, com o deputado Sandro Mabel
311 acreditando nessa reforma e no avanço que ocasionaria. Informou que as linhas mestras da reforma
312 tributária na forma do substitutivo do deputado Sandro Mabel, que não se afastava muito daquilo
313 que estava na proposta do Governo Federal, era que houvesse estabilidade para todos os
314 contribuintes e que esses soubessem o que iria acontecer. Que se visava a melhoria para os
315 contribuintes sem prejudicar a governabilidade, porque esse era um dos principais temores dos
316 estados e municípios, que as modificações que estavam sendo propostas pudessem trazer
317 dificuldade na governabilidade de seu estado ou de seu município. Esclareceu que o governo havia
318 trazido uma série de dispositivos que foram aprimorados nesse debate na Comissão Especial, com
319 um dos instrumentos de destaque sendo o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, que

320 estabelecia novo sistema de partilha das receitas tributárias e criava condições para a redistribuição
321 da renda e intenções de diminuição da carga tributária, especialmente o fortalecimento dos recursos
322 para a seguridade social. Discorreu sobre a criação do IVAF e outros impostos, eliminando, em
323 contrapartida, várias outras taxas, desonerando e diminuindo toda uma carga sobre a atividade
324 produtiva, resultando na produção de mais empregos e no crescimento do país, esclarecendo sobre a
325 proposta do deputado, conforme o material em tela. A Dra. Meire Lucy apresentou o quadro com os
326 ganhos com a reforma tributária até 2021, as alterações previstas, a redistribuição da renda, que
327 também era uma das críticas no relatório do Observatório, sendo um dos objetivos perseguidos no
328 substitutivo e na proposta do Governo, reforçando que não haveria perda de recursos para a
329 seguridade social e as análises feitas.. Concluindo, a Dra. Meire Lucy referiu-se ao Código de
330 Defesa do Consumidor e como vinha sendo um avanço na relação de consumo no país, com o
331 deputado propondo um Projeto de Lei para a criação do Código de Defesa do Contribuinte,
332 discussão que já existia na Câmara dos Deputados e no Senado fazia algum tempo. Colocou que
333 esse normativo viria dotar o contribuinte de maiores garantias sem prejuízo da administração e uma
334 reeducação fiscal, com as pessoas conhecendo a lei tributária de seu país para pagar com mais
335 tranquilidade e cobrar com mais propriedade. Concluindo, a Dra. Meire Lucy manifestou que
336 acreditavam que com a reforma tributária todos ganhavam, as empresas, o governo e o cidadão,
337 havendo mais emprego, mais renda e mais serviços públicos. Agradecendo a apresentação, a
338 senhora Presidente abriu para debate, com as perguntas sendo respondidas três a três, para maior
339 agilidade. Observou que toda vez que se ouvia falar da reforma tributária, o que se escutava era que
340 ela desvinculava as receitas da seguridade social, indagando o que tinham a falar sobre o assunto. O
341 Conselheiro Renato Saidel, referindo-se ao que havia sido colocado, indagou sobre as taxas
342 destinadas à seguridade social e se havia essa destinação através de PIS, Cofins e CSLL.
343 Questionou como ficaria a questão da arrecadação, comparando os valores absolutos desses três
344 impostos atuais com um imposto que se estava propondo. Prosseguindo, indagou que se fosse
345 incluída a previdência como ficaria esse gráfico, se a conta ainda seria positiva da forma como
346 estava sendo colocada ou se seria negativa e qual seu montante. Destacando que a reforma estaria
347 preservando e não ampliando o orçamento, questionou sobre as alterações de percentual e se a folha
348 de pagamento não ficaria muito onerosa. Inquiriu o que aconteceria se não ocorresse o aumento dos
349 recursos nacionais para a seguridade social em torno de R\$ 10 bilhões, por se estar falando de
350 condicionantes e entendendo que esse era um elemento variável e que poderia ou não acontecer.
351 Concluindo, o Conselheiro Renato Saidel, observou a situação econômica do país, e as falas sobre
352 recessão técnica, perguntando se haviam pensado nessa possibilidade. A Conselheira Marisa
353 indagou que cuidados o governo teria para garantir que o cidadão tivesse mais dinheiro no bolso,
354 com essa diminuição dos impostos, discorrendo sobre a abolição da CPMF e que nada havia
355 alterado. Destacou que não deveria haver aumento de impostos, referindo-se à parcela da população
356 mais penalizada, e se essa queda na folha de pagamento diminuiria a arrecadação e se mexeria na
357 conta que era feita para aposentadoria. O Conselheiro Geraldo discorreu sobre as colocações feitas,
358 e os dados apresentados quanto ao desestímulo à formalização das relações de trabalho, destacando
359 a folha de pagamento, a realidade do desenvolvimento brasileiro e a mudança na idade para gozo da
360 aposentadoria. Observando a fala de redução de percentual sobre a folha de pagamento para o
361 empresário, porque o custo-Brasil era alto, indagou quanto recairia para o empregado. Ponderou que
362 se as leis fossem cumpridas, não existiam muitos dos problemas apresentados, questionando sobre o
363 que era real e o que era mito no custo-Brasil e onde o Judiciário entrava nessa questão. O Dr.
364 André, sobre a desvinculação dos recursos da seguridade social, esclareceu que era o contrário, que
365 vinculava recursos para a seguridade social de uma forma diferente da atual, discorrendo sobre os
366 tributos existentes e sua destinação. Ponderou ter sido feita uma paridade entre os impostos

367 existentes e os propostos, entendendo-se que quando havia crescimento havia a possibilidade de se
368 ganhar mais, destacando os percentuais que seriam destinados e que sempre seriam recursos a mais
369 para toda a sociedade. Prosseguindo, referiu-se à redução da folha de pagamento e se incluía a
370 despesa da previdência, ressaltando que o objetivo era segregar a conta da previdência para mostrar
371 que os gastos da seguridade social não estavam associados às fontes de receita. Inquiriu onde estaria
372 a solução para os 24 bilhões que caíam da redução da folha de pagamento e que estava no
373 orçamento fiscal. Manifestou que, como havia uma aposta no crescimento chegaria um momento
374 que se não estivesse ocorrendo haveria que teria que cortar gastos de outro lugar para suprir o
375 déficit da previdência. Com relação à mexida no valor dos aposentados, o Dr. André informou que
376 o gasto da previdência não era dado por essa arrecadação, mas sim pelas regras do pagamento dos
377 benefícios, cujo pagamento era de provimento automático, não dependendo de outra conta e
378 havendo o princípio da demanda, tendo que se buscar receita de algum lugar. Conforme havia
379 manifestado em sua apresentação, não existia atualmente, a rigor, esse vínculo das receitas com as
380 despesas, que era formal, e que acabava refletindo só na hora de fazer política tributária em
381 priorizar esse ou aquele tipo de tributação. Com relação ao déficit da previdência e se não ficaria
382 muito gravosa a tributação da folha, respondeu afirmativamente, havendo pessoas que encontravam
383 que isso poderia aumentar. Passou a responder sobre a questão do mito e do real do custo-Brasil e a
384 importância de se tirar algum peso da folha de pagamento, destacando qual a melhor forma de se
385 cobrar os tributos nacionais, destacando que o país não operava mais sozinho, estando inseridos no
386 mercado global, discorrendo sobre sua influência na folha de pagamento e a maneira de se cobrar o
387 imposto de importação, e que o custo real era o apresentado na folha de pagamento. Que havia que
388 dar uma solução a essa situação, com a relação de mercado e como eram cobrados os tributos,
389 procedimento que não era utilizado pelos demais países, onde ninguém ficava cobrando na folha de
390 pagamento, discorrendo sobre os prejuízos causados ao país. O Conselheiro Geraldo manifestou ter
391 plena convicção de que taxar no lucro era bem melhor, o que não queria dizer que se devia aceitar,
392 por exemplo, dentro da regra da Organização Mundial do Comércio a praticidade da escravidão do
393 trabalhador chinês. O Dr. André observou ter exemplificado com a China como um exemplo
394 radical, mas não queriam se espelhar em qualquer modelo que cortasse os benefícios do trabalhador,
395 colocando que seria cobrado de uma maneira que ajudasse na formalização da relação de trabalho.
396 Referiu-se aos cuidados que havia que ter para que o dinheiro fosse para o bolso do cidadão, o que
397 era quase impossível, mas observando que o que se via era um comportamento de médio para longo
398 prazo e que isso se estabeleceria se tivesse níveis de concorrência no mercado. Discorreu sobre a
399 influência do mercado e sobre o investimento em mecanismos de se arrecadar mais nesse nicho de
400 renda. O Dr. André informou haver respondido as perguntas anteriores, destacando que, na parte
401 tributária, o Judiciário entrava saindo da equação, existindo atualmente na tributação brasileira uma
402 situação de tamanha conturbação, com as vantagens tributárias muitas vezes se estabelecendo por
403 decisões judiciais. Explanando sobre a situação atual, se esperava que com a diminuição dos
404 tributos, se tornassem mais simples, conseguindo-se tirar um pouco o Judiciário dessa equação, com
405 um sistema que fosse mais amigável na relação do fisco e do contribuinte. Que essa situação
406 permitisse arrecadação com mais tranquilidade e que se diminuíssem os efeitos deletérios dessas
407 discussões e da judicialização. O Dr. André manifestou que a idéia era que com esse modelo um
408 pouco mais enxuto se conseguisse que, pelo menos nos principais tributos do país, aqueles que
409 significavam o sustentáculo das principais Políticas Públicas, se tivesse uma estrutura mais
410 pacificada. Prosseguindo com os esclarecimentos, o Dr. José Aparecido destacou que a discussão
411 com relação a quanto se vincularia ou não à seguridade estava em aberto, arrazoando sobre a
412 importância de se continuar essa discussão. Observou que uma coisa era o quanto que estava
413 mantendo e o quanto que estava dando possibilidade de novos crescimentos, o que dependeria

414 muito do próprio sucesso da reforma em geração de crescimento econômico. Chamou a atenção
415 para o que havia sido colocado, que o sucesso da arrecadação das contribuições sociais era um
416 sucesso regressivo, sendo importante os atores buscarem mais garantias e mais recursos para a
417 seguridade, para além do que estava na proposta e que continuasse a disputa política. Que era
418 importante tomar cuidado para não ficar preso a um financiamento da seguridade social que
419 atualmente era regressivo, discorrendo sobre alguns impostos e a sua incidência nem sempre tão
420 direta, como se gostaria. Concluindo, arrazoou que esse assunto não estava esgotado, sendo
421 importante as pressões e que a negociação com a proposta continuaria, chamando a atenção para
422 uma certa auto-crítica dos atores sociais de que esse financiamento como estava atualmente, sobre
423 bases regressivas, se constituía em um problema. Sobre o questionamento da Conselheira Marisa
424 com relação ao bolso do trabalhador, e, conforme o que havia sido colocado pelo Dr. André, isso
425 dependeria muito do poder de mercado dos setores, com muito da desoneração vindo após a
426 reforma. Ponderou que muitas coisas que estavam apontadas no relatório do Observatório eram
427 resolvíveis ou encaminháveis com uma legislação infraconstitucional, regulamentando o que já
428 estava na Constituição, ou regulamentando portarias, normativos da Receita do Tesouro, com a
429 crise sendo oportuna para se quebrar alguns tabus, exemplificando com o IPI. Com relação à folha
430 de pagamento, esclareceu ter alguns estudos no IPEA, fazendo como uma revisão dessa discussão, e
431 acrescentando as alterações respeito às micro e pequenas empresas com o simples. Discorreu sobre
432 o aumento dos impostos, observando o jogo político existente e sendo papel da reforma fazer com
433 que as regulamentações avançassem mais. A Dra. Meire Lucy ressaltou que as perguntas haviam
434 sido todas respondidas, mas com relação ao questionamento do Conselheiro Renato sobre quem
435 iria perder, e que o deputado sempre respondia que seria o sonegador, indicando que a nota fiscal
436 eletrônica atingiria todas as empresas que usavam desse artifício. Que essa nota regularizaria a
437 situação daquelas pessoas que trabalhavam na informalidade, com todos pagando para que todos
438 pagassem menos, constituindo-se em desoneração, aumento da base. Com relação aos dados do
439 gráfico que em 2016 a União teria um impacto negativo de R\$ 10 bilhões, esclareceu que ela estava
440 apostando nessa reforma tributária e naquilo que iria acontecer de positivo, indicando a transição e
441 o crescimento, nesse exercício, de meio ponto percentual, com a previsão sendo para mais. Explicou
442 que não seria a seguridade que pagaria esses R\$ 10 bilhões, mas sim o orçamento da União.
443 Prosseguindo com os questionamentos, o Conselheiro Clodoaldo solicitou maiores esclarecimentos
444 a respeito do prazo do Código de Defesa do Contribuinte, entendendo que sua minuta já deveria
445 estar formatada e disponibilizada para a sociedade. A Dra. Meire Lucy ressaltou que essa questão
446 não era nova, havendo projetos anteriores disponíveis no site da Câmara, com o Conselheiro
447 Clodoaldo reiterando a necessidade de sua socialização para a sociedade brasileira, destacando que
448 as organizações de Assistência Social com certeza estavam fora dessa discussão, mas devendo
449 participar desse processo. Manifestou sua estranheza de que o Código fosse somente discutido 120
450 dias depois, com essa discussão devendo ser posta em marcha, para não atrasar muito. A
451 Conselheira Simone observou querer entender a base do debate porque a base do financiamento da
452 seguridade social atual tinha como princípio a solidariedade de classe, dos que contribuía com
453 aqueles que não o faziam. Destacou que o Conselho da Assistência Social se preocupava com a
454 seguridade social como um todo, mas basicamente com os que não contribuía, discorrendo sobre
455 os programas assistenciais, que não eram compreendidos pela sociedade brasileira. Prosseguindo,
456 colocou as seguintes questões: O que está na base? Qual o princípio dessa proposta em questão,
457 para a gente entender? Como é a questão do não-contribuinte? Como a discussão do contribuinte
458 toma tanta força em uma proposta de seguridade social? Qual a base legal e o princípio dela?
459 Ponderando que o direito à previdência era extremamente consolidado, observou que a Saúde havia
460 conseguido uma vinculação dentro dos recursos da seguridade social, o mesmo não acontecendo

461 com a área da assistência social, indagando: O que se pensa? Como vai ser isso? Vamos ficar
462 disputando as três áreas de novo? Observou que não havia mais disputa, a saúde e a previdência
463 tendo seus recursos dentro da própria seguridade social, mas e a Assistência Social? Como está a
464 discussão da Assistência Social? Como é que fica essa questão? Concluindo, a Conselheira Simone
465 solicitou que falassem um pouco sobre tais assuntos, encontrando muito importante que o Conselho
466 compreendesse em que bases estava consolidada essa reforma. A Conselheira Heloísa manifestou
467 concordância com a fala da Conselheira Simone, fazendo colocações sobre os recursos destinados à
468 Assistência Social, sendo considerados gasto e não investimento, tendo-se uma bandeira de luta em
469 Manifestou que gostaria de uma aliança dos palestrantes em relação às estratégias, as questões que
470 esse Conselho poderia rearticular, e de que forma se poderia levar esse tema à Conferência
471 Nacional. A Conselheira Edna destacou a complexidade do assunto, ressaltando que o foco sobre a
472 Assistência Social havia sido bem colocado pelas Conselheiras Simone e Heloísa, informando a
473 presença em todas as reuniões do Observatório, representando o Conselho Nacional de Assistência
474 Social, participando do desafio de entender primeiro os impostos e a cargas tributárias e o que viria
475 de benefícios para a Assistência Social com a reforma tributária. Solicitou que se manifestassem
476 com relação ao que constava na proposta atual sobre a instituição de novos impostos, encontrando
477 que a meta atual era a sua simplificação, equacionando-se melhor o custo do trabalhador, não
478 sabendo se haveria algum estudo sobre a melhoria da formalização do emprego. A Conselheira
479 Edna indagou se os dados apresentados se baseavam em informações de antes de crise ou se eram
480 posteriores, levando em consideração as conseqüências da crise financeira mundial que se estava
481 atravessando e com o Brasil apresentando um bom desempenho. Inquiriu ao Sr. José Bonifácio,
482 levando em consideração os estudos promovidos pelo Observatório e o que estava sendo proposto
483 nessa reforma tributária, a finalização efetiva de mudança no cenário apontado pelo Observatório e
484 quais seria esses avanços. Destacou que, enquanto Assistência Social, deveriam começar a pensar
485 em garantir a renda do trabalhador, com a idéia sendo de que todos contribuíssem, tendo que se
486 avançar na discussão, convidando os Sres. José Aparecido e André para que participassem, junto
487 com o CNAS, nesse tipo de construção. O Sr. André informou que o deputado Sandro Mabel havia
488 colocado no seu relatório sobre o Código de Defesa do Contribuinte, a ser tratado em regime de
489 urgência, esclarecendo sobre os procedimentos tomados. Com relação a quem pagaria a conta,
490 dirigiu-se à Conselheira Simone, explicando que não havia ninguém que não contribuísse, com a
491 reforma vindo mexer um pouco nessa situação. Que o passo mais importante era fazer com aqueles
492 que contribuíam indevidamente, deixassem de contribuir, fazendo com que esse benefício rendesse
493 mais na mão do beneficiário, sendo que no modelo atual todos contribuíam, mesmo aqueles que não
494 recebiam. Explicou que a base do sistema era a mesma, a base sólida da solidariedade e
495 universalidade da cobrança, e que não estava sendo mexida no sistema de financiamento das
496 Políticas Públicas. Referindo-se ao colocado pela Conselheira Heloísa, observou que a reforma
497 tributária não resolveria todos os problemas, mas sim a forma como os tributos eram cobrados. Que
498 não se tratava na reforma tributária como a seguridade social estava mediando a sua partilha de
499 recursos entre Saúde, Assistência e Previdência, assim como não era discutido o lado dos gastos,
500 explanando sobre essa questão. Com relação à criação de novos impostos, questionada pela
501 Conselheira Edna, não era essa a intenção, havendo se referido ao risco e dificuldade política em se
502 querer criar novos tributos. Que havia dito era que estava preservado no caso do orçamento da
503 seguridade se houvesse a necessidade de nova contribuição para seu financiamento, conforme
504 constante no parágrafo 4º do artigo 195. O Dr. José Aparecido, respondendo para as Conselheiras
505 Simone e para a Heloísa, ponderou que o contribuinte previdenciário era o trabalhador formal, com
506 carteira assinada, e sobre o qual haviam tratado todo o tempo, com a política securitária não-
507 contributiva abrangendo os trabalhadores informais, não-trabalhadores, inativos, etc. Observou que

508 a reforma tributária pretendia manter o percentual atual da seguridade, embora por outros
509 mecanismos, os 39,7% estariam preservados percorrendo sobre os contribuintes e os não
510 contribuintes. Destacou que esses não eram contribuintes previdenciários, mas que precisavam das
511 outras Políticas Sociais, sendo contribuintes tributários o tempo todo. Esclareceu, sobre a
512 manutenção da base ampla, que se mantinha financiamento da seguridade originado de várias bases
513 de tributação ou se concentrava coisas apenas da previdência, esclarecendo que a base continuava
514 ampla, devendo se discutir a questão dos 39,7%, assunto que não estava fechado. Com relação à
515 repartição dos recursos, com a reforma tributária não entrando na discussão de propor novas
516 vinculações para essa destinação, informando sobre o histórico dessa situação. Manifestou que a
517 Assistência Social ficava prejudicada, porque naquela parte que eram transferências diretas de
518 renda, estava garantida a parte do SUAS, mas que a parte da prestação de serviços não andava.
519 Observou que as ações que a Assistência Social proporia seriam no orçamento, não sendo tributário,
520 e como seria realizada essa proposição, destacando que a Saúde havia conseguido, mas estava
521 sempre precisando da regulamentação e que uma saída solitária para a Assistência talvez não fosse
522 uma boa idéia. Dirigindo-se à Conselheira Edna, o Dr. José Bonifácio, comentou que o
523 Observatório não havia pretendido olhar somente os prós e contras da reforma tributária, mas
524 constituir uma ferramenta de monitoramento do sistema tributário e cujo resultado poderia voltar a
525 ser discutido. Que era fundamental para a reforma tributária que conseguisse organizar a tributação
526 indireta no Brasil, possibilitando uma enorme simplicidade e intervenções *a posteriori* sobre a
527 regressividade, assim como a existência de uma série de programas que atualmente não eram
528 permitidos. Prosseguindo, referiu-se ao ICMS, ao IVA Federal e ao P2, da destinação social, não
529 sendo seu objeto, percorrendo sobre os seus alcances. Destacou que mesmo sem ter conseguido
530 mudar a política macroeconômica de modo essencial, continuavam com o tripé das metas de
531 inflação e etc, ocasionando queda nos juros e o que essa queda implicava. Discorreu sobre as
532 obrigações assessorias, o custo-Brasil, que o Conselheiro Geraldo havia tocado, observando que a
533 possibilidade de redução, de se manter em dia com o fisco era um grande mérito da reforma.
534 Referiu-se à partilha dos tributos, cujo arrecadação aumentaria com a inclusão de todas as
535 contribuições sociais que atualmente não faziam parte, sem ver os critérios que seriam utilizados,
536 sendo divididos com os mesmos critérios obsoletos que geravam essas confusões, o que não era
537 culpa da reforma. Que não daria para discutir isso sem a reforma política, sem discutir o Pacto
538 Federativo no sentido não só do federalismo fiscal e tributário mas do federalismo político. Com
539 relação à educação quanto mais simplificado fosse o sistema maior a possibilidade de educar o
540 contribuinte, com a participação em várias mesas o tempo todo, sendo muito interessante ver como
541 o relatório do Observatório fazia com que a equipe buscasse respostas para os problemas. Referiu-
542 se ao programa Bolsa-Família, com menos de 1% do PIB, e que, tirando esse percentual e
543 colocando em outro tributo, poderia fazer uma grande diferença. A Dra. Meire Lucy, observando
544 que as perguntas já haviam sido todas respondidas, agradeceu a oportunidade, colocando que muitas
545 das manifestações e levaria para o deputado, pondo-se à disposição para o debate, juntamente com o
546 parlamentar. A Dra. Maria Veloso agradeceu a participação do Conselho de Assistência nos
547 trabalhos do Observatório no nome da Conselheira Edna, informando o site para acesso aos
548 relatórios do Sistema Tributário, apresentado pelo Dr. José Aparecido, e a Observação da Educação:
549 www.cdes.gov.br/observatoriodaequidade. Esclareceu que se os presentes quisessem se inscrever
550 no Fórum do CDES, onde havia uma ferramenta de discussão dos temas tratados no Observatório,
551 ou obter outras informações do Conselho, o site era maria.veloso@planalto.gov.br, colocando-se à
552 disposição para realizar outros eventos como esse. A senhora Presidente passou a palavra ao
553 Conselheiro Geraldo, que procedeu a um **encaminhamento**: Sugeriu que a Comissão de
554 Financiamento se aprofundasse mais nesse assunto, contando com a contribuição das pessoas

555 presentes, se possível, para que se pudesse avançar nessa questão de uma vinculação ou até de uma
556 melhor luta na distribuição orçamentária que dizia respeito à seguridade social. A senhora
557 Presidente observou que a Conselheira Heloísa havia colocado muito bem a questão de uma posição
558 estratégica, de aliança estratégica com as pessoas presentes e que estariam debruçadas sobre esse
559 tema, com quem tinham muito a aprender. Concluindo, agradeceu a presença dos palestrantes, que
560 muito haviam contribuído para a aproximação do Conselho a esse tema. O Conselheiro Ferrari
561 solicitou aos membros da Sociedade Civil, integrantes da Comissão de Conselhos, que
562 permanecessem para se discutir a questão da Coordenação, com a senhora Presidente informando
563 ter sido marcada uma reunião da Comissão Organizadora. **ENCERRAMENTO.** Nada mais
564 havendo a tratar, a senhora Presidente encerrou a reunião. **ABERTURA.** Aos doze dias do mês de
565 agosto de dois mil e nove, dando prosseguimento à Centésima Septuagésima Reunião Ordinária do
566 Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, a Secretária-Executiva procedeu à conferência
567 do quorum: Conselheiro Titulares ou na titularidade: Conselheiro Paulo, Conselheira Rose,
568 Conselheiro Charles, Conselheira Dolores, Conselheiro Mizael, Conselheiro Carlos, Conselheira
569 Renata, Conselheiro Pasquini, Conselheiro José Geraldo, Conselheira Heloísa. Conselheiros
570 Suplentes: Conselheiro João Carlos, Conselheiro Josenir, Conselheira Rosa, Conselheiro Sérgio,
571 Conselheiro Samuel, Conselheira Marisa, Conselheiro Edval; e, Conselheiro Mauro Cesa,
572 informando, também, a presença do futuro Conselheiro, Sr. Vicente. A senhora Presidente informou
573 sobre a realização das reuniões da Presidência Ampliada e das Câmaras de Julgamento. O
574 Conselheiro Mizael, tomando da palavra, agradeceu a todos os membros do Conselho, pela amizade
575 e apoio desde de julho de 2008, quando havia passado a integrar o CNAS, informando sua saída e a
576 substituição pela Sra. Thaís Martinez, a partir da próxima reunião. Prosseguindo com a pauta, a
577 senhora Presidente passou para o item **Relato da Reunião Conjunta da Comissão de Normas e**
578 **Conselhos (inscrição das entidades nos Conselhos de Assistência Social)** e, após, o informe da
579 situação de Minas Gerais, trazido pelo Conselheiro Geraldo e que seria discutido durante o relato da
580 Presidência Ampliada. A Conselheira Edna passou ao relato da *“Memória da reunião conjunta da*
581 *Comissão de Conselhos e da Comissão de Normas, realizada no dia 27 de julho, de nove às 12*
582 *horas. Presentes os Conselheiros Clodoaldo de Lima Leite, Mauro César Nogueira Nascimento,*
583 *Antônio Pasquini, Carlos Eduardo Ferrari, Samuel Rodrigues, Simone Albuquerque, e também*
584 *participou ao final o Conselheiro Renato Saidel, que estava em outra reunião anteriormente.*
585 *Conselheira Rose Oliveira, Mizael Conrado de Oliveira, Maria Dolores da Cunha Pinto.*
586 *Conselheiros com ausência Justificada. Conselheira Rose, Conselheiro Mizael e Maria Dolores,*
587 *Conselheiro Renato Francisco de Paula, Heloísa Helena e Margareth Alves. Convidada a*
588 *Professora Dra. Rosângela Paes. Apoio: Giovanna Rocha Veloso, Liliane, Cristiane, e Ariane. A*
589 *discussão desta reunião conjunta era acerca da inscrição de entidades de Assistência Social nos*
590 *Conselhos de Assistência Social. Para subsidiar a discussão a Secretaria Nacional de Assistência*
591 *Social do MDS informou que está realizando um estudo para a produção de subsídios e parâmetros*
592 *nacionais sobre o processo de inscrição das entidades e organizações de Assistência Social nos*
593 *conselhos municipais e do Distrito Federal, e para tanto foi contratada a consultora, professora*
594 *Dra. Rosângela Paes, que fez a apresentação dos dados e levantamentos preliminares deste*
595 *projeto, deste estudo dela para este projeto! Como ainda não foi concluído, no momento da reunião*
596 *ainda não haviam sido concluídos os trabalhos de estudo da professoral, ela colou mais alguns*
597 *subsídios e questionamentos nossos, que pedimos para que sejam incluídos também no produto*
598 *final do estudo. Então os encaminhamentos foram estes! Acrescentar ao estudo de inscrição de*
599 *entidades o debate sobre a inscrição dos movimentos sociais, considerando os aspectos para*
600 *acesso à recursos e para assento nas instâncias de controle social! E também ficou definido*
601 *naquele momento uma nova reunião com a participação da consultora para apresentar a proposta*

602 *sintética do estudo que ela elaborou para que pudéssemos caminhar na discussão*". A Conselheira
603 Edna informou que havia ficado para setembro nova reunião da Comissão de Conselhos, da
604 Comissão de Normas, propondo trazer na Plenária a apresentação da Sra. Rosângela Paes,
605 Consultora, para socializar esse estudo com todos os Conselheiros. A senhora Presidente esclareceu
606 que seria aprofundado no relato da Presidência Ampliada os assuntos que estavam pendentes no
607 CNAS até a Conferência, considerando os 109 dias que faltavam para esse evento. A Conselheira
608 Simone complementou que era "*movimento social não organizado*", ao que o Conselheiro Geraldo,
609 observando a importância do tema, destacou que poderia ser socializado antecipadamente, para
610 conhecimento antecipado, caso contrário, deveria ficar para outra Assembléia. A Conselheira Edna
611 manifestou sua concordância com o Conselheiro Geraldo, mas colocando que esses movimentos
612 eram organizados, mas não formalmente constituídos, sem personalidade jurídica. A senhora
613 Presidente indagou se o Pleno acatava a sugestão do Conselheiro Geraldo, o que foi confirmado. Na
614 sequência, o Conselheiro Geraldo passou ao informe da situação de Minas Gerais, que havia
615 adotado a metodologia de fazer Conferências Regionais, além das Municipais. Informou que em
616 agosto e setembro seria o momento de realizar as Conferências Regionais, de onde sairiam os
617 delegados, mas que em Uberlândia havia sido expedido um Decreto municipal, proibindo esse tipo
618 de evento com grande afluência de pessoas, considerando a pandemia existente. Observando que
619 essa situação poderia existir em outros estados, trazia ao Pleno esse assunto para se saber que
620 decisão seria tomada, com respaldo para questionamentos. A senhora Presidente, tranquilizando os
621 Conselheiros, esclareceu que a Comissão Organizadora da Conferência vinha tratando do assunto já
622 havia algum tempo, solicitando ao Conselheiro Charles que explicitasse a situação do Rio Grande
623 do Sul. O Conselheiro Charles observou que o mesmo processo havia sido adotado nesse estado,
624 com o prazo sendo prorrogado desde que tivesse a comprovação de que a suspeição havia sido por
625 causa de algum tipo de documento que havia cancelado essa Conferência, podendo ser realizada
626 posteriormente, desde que os relatórios viessem em tempo hábil. Esclareceu que no caso do Rio
627 Grande do Sul havia sido estabelecido até dia 07 de outubro, considerando que a Conferência
628 Estadual seria dos dias 23 a 25 de outubro. O Conselheiro Renato Saidel manifestou sua
629 preocupação com essa doença, informando os problemas existentes com relação à realização de
630 Conferências Municipais em São Paulo, discorrendo sobre o nível de desinformação que existia.
631 Informou ter tomado conhecimento de um GT da Crise que havia criado no Conselho Nacional de
632 Saúde e que poderia orientar o Conselho sobre a realização de Conferências, cujo calendário
633 precisava ser revisto com urgência, sob pena de prejudicar todo esse processo. Destacou a
634 necessidade de se aprofundar nesse assunto, convidando alguém para esclarecer os Conselheiros ou
635 colocar uma nota no site, não se podendo deixar de fazer essa orientação. O Conselheiro Frederico
636 informou ter estado na última semana em Curitiba, onde a Conferência Municipal havia sido
637 suspensa, e a grande preocupação dos Conselheiros de Curitiba era com relação ao novo
638 mapeamento das datas para as Conferências. Que se deveria fazer um indicativo para os locais com
639 maior prejuízo e contatar os Conselhos Estaduais, para que já nessa reunião viessem com novo
640 mapeamento para reordenar o calendário, acreditando, inclusive, com interferência na Conferência
641 Nacional. O Conselheiro Charles colocou que havia uma proposta dentro do relato da Comissão
642 Organizadora da VII Conferência, com esse assunto podendo ser aprofundado nessa exposição. O
643 Conselheiro Clodoaldo indagou se havia sido consultado o MS, com a senhora Presidente
644 esclarecendo ter um relato do Ministério e que o assunto seria debatido durante o relato da
645 Comissão. A Conselheira Edna informou ter um material feito pela Universidade Federal do Paraná
646 sobre o influenza A, H1N1, que gostaria de repassar aos Conselheiros, ao que o Conselheiro Renato
647 Saidel sugeriu que fosse colocado no site. **Encaminhamento.** A senhora Presidente ressaltou que
648 havia sido acatada a intervenção do Conselheiro Charles, de que o assunto seria debatido junto com

649 a discussão da Conferência. Continuando, solicitou à Presidência Ampliada que permanecesse no
650 recinto. **ENCERRAMENTO.** A senhora Presidente suspendeu a reunião para o almoço,
651 convidando a todos para retornarem às 13 h. Reiniciando a reunião, a senhora Presidente solicitou à
652 Secretária-Executiva a conferência do quorum: Conselheiros Titulares ou na titularidade presentes:
653 Conselheira Márcia, Conselheira Margareth, Conselheiro Renato Saidel, Conselheiro Renato de
654 Paula, Conselheira Edna, Conselheira Rose, Conselheira Dolores, Conselheira Renata, Conselheiro
655 José Geraldo, Conselheiro Geraldo, Conselheiro José Crus, Conselheira Heloísa, Conselheiro
656 Frederico, e Conselheiro Charles. Conselheiros Suplentes presentes: Conselheiro João Carlos,
657 Conselheiro Sérgio e Conselheira Marisa. Dando prosseguimento, a senhora Presidente comunicou
658 ter sido recebido no horário do almoço um convite do deputado Talmir, para um Seminário sobre a
659 certificação das entidades beneficentes no dia 13 de agosto, de 09h às 18h, no auditório da Câmara
660 dos Deputados, informando sua programação, fazendo o seguinte **encaminhamento:** tentar se
661 vencer a pauta do dia seguinte, para participação dos Conselheiros nesse seminário, sugerindo
662 **INVERSÃO DE PAUTA:** relato da Comissão Organizadora, da Comissão de Normas, e a
663 Presidência Ampliada, ainda nesse dia, e, caso houvesse tempo, se discutiria a Comissão de
664 Conselho, Política e Financiamento eram assuntos que seriam tratados mais rapidamente. O
665 Conselheiro José Geraldo, apoiado pelo Conselheiro Frederico, concordou, contanto que o relato da
666 Comissão de Financiamento ficasse para a próxima Plenária. A Conselheira Simone solicitou aos
667 Conselheiros Josenir e Geraldo, que se manifestassem nesse seminário, levando a entrar em
668 negociação, chegando ao acordo mais provável, considerando a importância de se votar o PL Cebas.
669 Que havia solicitado para mandar o Projeto de Lei, como estava sendo feito em um relato em cima
670 da proposta, observando que na carta do Deputado Eduardo Barbosa, que havia sido lida no
671 Conselho, estaria faltando o artigo que falava do vínculo SUAS, destacando as duas formas de
672 acesso ao Certificado de Entidades Beneficentes e sobre a prestação de ações assistenciais gratuitas
673 aos usuários. Manifestou que outra coisa importante, também fruto da negociação, era que as
674 entidades certificadas como beneficentes de Assistência Social teriam prioridade na celebração de
675 convênios, contratos ou ajustes com o poder público, para a execução de programas, projetos, e
676 ações de Assistência Social. A Conselheira Dolores esclareceu a posição que havia tomado durante
677 as negociações e que haviam respondido a parte da preocupação sobre o vínculo SUAS, tendo sido
678 enfática o tempo todo nesse processo. Prosseguindo, a senhora Presidente indagou da concordância
679 do Pleno sobre a presença no Seminário no dia seguinte e a inversão de pauta, com a aprovação de
680 todos, solicitando que essa informação fosse repassado ao deputado. A Conselheira Edna solicitou o
681 registro de que o CNAS estaria presente ao Seminário não para apoiar a discussão, mas para tomar
682 conhecimento do que estava sendo discutido com relação ao PL CEBAS. A Conselheira Margareth
683 encontrou oportuna a colocação da Conselheira Edna, observando não haver um debate mais
684 profundo, mais coeso no CNAS. Indagou se os Conselheiros Geraldo e Josenir estariam nesse
685 evento na representação como Conselheiros ou como membros, manifestando sua preocupação com
686 relação ao fato de os Membros do CNAS estarem investidos em uma posição de Conselheiros
687 Nacionais. O Conselheiro Josenir, discorrendo sobre a questão, informou atuar na área da
688 Assistência Social havia vinte anos, muito antes de ser Conselheiro, tendo suas posturas e
689 convicções, independente ou não dessa função. A Conselheira Simone esclareceu que o Conselho
690 não estaria na mesa e que dependia da posição adotada no evento, com o CNAS já tendo seu
691 posicionamento, defendendo três questões: defender o não pagamento dos serviços pelos usuários;
692 posicionamento com relação a prestação de serviços, ao Sistema Público de Assistência Social, e,
693 que a prioridade para a oferta de serviços deveria ser feita com as entidades que tinham o CEBAS.
694 Ponderou ser esse o posicionamento de todos e, caso fosse necessário, se concordaria com o
695 mesmo. Prosseguindo, a senhora Presidente passou ao Item **Relato da Comissão Organizadora,**

696 com a realização de duas reuniões, com alguns itens podendo mercer ajustes, após a reunião do dia
697 anterior. Como Coordenadora dessa comissão a senhora Presidente informou haver participado na
698 primeira reunião, ademais dos Conselheiros Margareth, Carlos Eduardo Ferrari, Charles, Clodoaldo
699 e Nivaldo, colaboradores: Beatriz Paiva, e Valdete de Barros Martins. **Ausências justificadas:**
700 Conselheiros Renato de Paula, Heloísa e Edivaldo. **Apoio:** Mercês, Liliane e Carolina. **Informes:**
701 Convite à Conselheira Simone para integrar a Comissão Organizadora e a continuação do
702 Conselheiro Nivaldo Pessinatti, que seria representado pelo Conselheiro Vicente. Esclareceu que os
703 cadernos de textos estavam bastante atrasados, com prazo de entrega do material até o dia 10 de
704 agosto, sendo recebidos até o dia 11 os temas: “*Trajetória e significado do Controle na política de*
705 *Assistência Social*”; “*Diretriz Constitucional em Debate*”; sub-tema três, “*Protagonismo do*
706 *usuário, o seu lugar político no SUAS, uma construção inadiável*”, e o sub-tema seis,
707 “*Democratização da gestão do SUAS, participação e articulação intergovernamental*”; um texto da
708 Secretaria Nacional e do Fórum Nacional de Assistentes Sociais. Apelou aos Conselheiros para
709 encaminhar seus textos o mais rápido possível. Sobre o formato do credenciamento dos Delegados,
710 a Comissão vinha discutindo questões sobre o mesmo e que deveria ser realizado por um sistema
711 integrado e informatizado, via on-line. Relatou ter sido solicitada a colaboração do Fórum Nacional
712 dos Secretários Estaduais de Assistência Social, FONSEAS, para a operacionalização de entrega
713 dos crachás, com o recebimento de uma comunicação do Fórum dizendo ser impossível tais
714 procedimentos. Informou que a ASCOM havia apresentado a arte final do boletim eletrônico da VI
715 Conferência Nacional, e a Conselheira Heloísa, que estava com a tarefa de recolher os textos, as
716 fotografias e o material, havia apresentado na reunião esse material. Que dada a complexidade do
717 tema e para a ASCOM, havia sido sugerido que o MDS contratasse um jornalista responsável pela
718 edição do boletim. Com relação à Sistematização e relatoria da VII Conferência Nacional, a
719 professora Beatriz Paiva havia apresentado a indisponibilidade de dar continuidade aos trabalhos,
720 sendo sugerido a contratação da Coordenadora da VI Conferência, e também de várias outras, tendo
721 em vista a necessidade de agilizar os trabalhos operacionais necessários. Informou que a Secretária
722 Luziele Tapajós havia concordado em participar nessa tarefa, já tendo apresentado na reunião da
723 Comissão Organizadora uma leitura preliminar do material, levantando os problemas e as possíveis
724 soluções. Agenda de reuniões. Após colocações sobre o item, a senhora Presidente propôs reunião
725 do Conselho Nacional com todos os Conselhos Estaduais e Secretarias Executivas no dia 25 de
726 agosto, antecedida por uma reunião da Comissão Organizadora, no dia 24, de 14h à 18h, já com a
727 proposta. Informou que a Secretaria Nacional de Assistência Social facilitaria toda infraestrutura
728 necessária a este encontro, com o SNAS preparando os convites e demais encaminhamentos,
729 destacando as reuniões Plenárias que se realizariam nos dias 15 de setembro, 20 de outubro e 10 de
730 novembro, com as demais reuniões sendo marcadas oportunamente. Informou que o Conselho
731 Estadual de São Paulo havia encaminhado ao CNAS para conhecimento o manual de utilização do
732 sistema, que possibilitaria, por meio da página eletrônica, o acesso dos Conselhos Municipais, aos
733 formulários que fariam parte da sistematização dos relatórios das Conferências Municipais,
734 facilitando a organização da VII Conferência. Informou que o CNAS de Curitiba havia adiado a
735 Conferência Municipal, devido à gripe H1N1, juntando a situação do Rio Grande do Sul, que era o
736 ponto seis, sendo que no momento da discussão se incluiria a situação sobre Minas Gerais. Situação
737 do estado do Rio Grande do Sul: havia sido enviado ao CNAS relação com os 30 municípios que
738 haviam cancelado ou adiado as Conferências, por razão da gripe, até o dia 27 de julho, bem como
739 os encaminhamentos aprovados em Plenária para os casos de municípios que adiaram ou
740 cancelaram a realização das conferências por força de decreto municipal, o qual condicionava a
741 participação ao que se seguia: o Conselho deveria entregar ao Conselho Estadual o relatório de
742 Deliberação e a relação de delegados eleitos na etapa estadual, até o dia 07 de outubro,

743 impreterivelmente. Não havendo protocolo de entrega da documentação até a data definida, o
744 município participaria da Conferência Estadual na condição de participante, sem delegação. Diante
745 de todas essas notícias, o CNAS havia feito contato com o Ministério da Saúde, sendo informada a
746 criação de um GT crise, para analisar tais casos individualmente, não existindo, até o momento uma
747 orientação nacional. Que cada município poderia se dirigir a esse GT, através do CNAS, que
748 decidiria sobre a realização ou não da Conferência. Prosseguindo, procedeu à leitura do comunicado
749 do FONSEAS: “*Em atenção ao ofício nº14, do CNAS, de 04 de agosto de 2009, informamos que*
750 *submetemos vossa solicitação aos Secretários de Estados, que não aceitaram a responsabilidade*
751 *pela entrega dos crachás, e assinatura dos termos de recebimento. Sem mais, esperando atender*
752 *outros pleitos, subscrevemos atenciosamente, Presidente do FONSEAS”*. A senhora Presidente
753 indagou se os membros da Comissão Organizadora ou Secretaria-Executiva tinham pontos a
754 acrescentar, com a Conselheira Simone solicitando a alteração, no item cinco da palavra
755 “*indisponibilidade*”, por “*impossibilidade*”. O Conselheiro Charles referiu-se à parte inicial das
756 datas, indicando os dias 27 e 28, indicando a relação dos participantes da reunião do dia 27 e não do
757 dia 28, lembrando que os Conselheiros Simone e Vicente estiveram no dia 11, mas não estavam
758 relacionados, com a senhora Presidente agradecendo a correção. A Conselheira Heloísa destacou a
759 necessidade de se retomar o chek list de providências a serem tomadas, com algumas questões
760 precisando estar definidas antes da reunião do Conselho. A senhora Presidente solicitou à Sra.
761 Liliane que relatasse as questões pendentes do chek list, ao que a Conselheira Simone observou que
762 a Secretária-Executiva poderia repassar para os Conselheiros com antecedência, retomando-se no
763 dia 24 e o que fosse preciso encaminhar antes, a Comissão Organizadora estaria à disposição. A
764 Conselheira Margareth referiu-se ao nº 3, à proposta de pedir apoio ao FONSEAS, indagando o
765 motivo de sua negativa de auxílio. A Conselheira Heloísa informou não estar na reunião do
766 FONSEAS, não tendo a informação de como havia transcorrido o debate. Explicou que algumas
767 pessoas manifestaram a preocupação em assumir responsabilidades por desconhecer o desenho do
768 credenciamento, não sendo indisponibilidade de colaborar, mas sim a necessidade de mais clareza
769 sobre o processo, evitando transtornos. O Conselheiro Charles, como primeiro ponto, esclareceu
770 que a Sra. Luziele havia se disposto a contribuir nesse processo de sistematização e organização,
771 para a pauta do dia 25, informações que o FONSEAS não tinha, e que seriam vitais para o
772 fechamento com o Fórum e com os Conselhos Estaduais para viabilizar o credenciamento
773 tranquilamente. Como segundo ponto, esclareceu ter terminado o texto do CONGEMAS no dia
774 anterior e entregue nessa manhã. A Conselheira Margareth pediu desculpas aos usuários por não ter
775 podido concluir no dia 10 o texto que trataria do assunto dos trabalhadores e o protagonismo na
776 organização dos usuários, comprometendo-se com a Sociedade Civil de passar até sexta-feira para
777 revisão, chegando ao Conselho na segunda-feira. A senhora Presidente indagou se havia alguma
778 observação a respeito da data marcada, ao que a Conselheira Edna informou que faria uma palestra
779 na Conferência de Goiânia às 14 horas, no dia 25. A senhora Presidente manifestou ser um encontro
780 muito significativo do Conselho Nacional com os Conselhos Estaduais, com convite para todos os
781 Conselheiros Nacionais, Estaduais, Presidente e o Secretário-Executivo. Comentou que alguns
782 estados haviam indagado a possibilidade da presença de outros Conselhos se pagassem as despesas,
783 destacando que se houvesse espaço físico e não acarretasse despesas ao MDS ou ao CNAS, não
784 haveria nada contra. Informou ainda que não havia local, precisando passar essa informação nessa
785 Plenária final, com a Secretária-Executiva observando que se poderia tentar a PGR ou outro local,
786 com esse assunto não sendo colocado nesse momento, considerando a extensa pauta existente.
787 Prosseguindo, a senhora Presidente submeteu o relatório e suas decisões ao Plenário, sendo acatado
788 pelo Pleno. A Secretária-Executiva observou que o próximo item previsto seria a Comissão de
789 Normas e a Presidência Ampliada, mas como estavam terminando sua digitação, com a senhora

790 Presidente passando ao Conselheiro Frederico, coordenador da Comissão de Política, para leitura da
791 “*Memória de reunião ordinária da Comissão de Política de Assistência Social. Data: 14 de julho*
792 *de 2009. Local: CNAS. Horário: 14h às 18h. Participantes: Edivaldo da Silva Ramos; Frederico*
793 *Jorge de Sousa Leite; Heloísa Helena Mesquita Maciel; João Carlos Carreira Alves; José Crus;*
794 *Margareth Alves Dallaruvera; Samuel Rodrigues; Sérgio Wanderly Silva; Valdete de Barros*
795 *Martins. Ausência Justificada: Renata Rodrigues Alves. Convidados: Maria José de Freitas –*
796 *Diretora do Departamento de Benefícios Assistenciais – SNAS/MDS; Jaime Rabelo Adriano –*
797 *Coordenador Geral de Regulação da Gestão Intergovernamental do SUAS – SNAS/MDS. Apoio:*
798 *Carolina Maria Ribeiro da Silva; Maria Auxiliadora Pereira. Apreciação da Proposta de*
799 *Formulário de Pesquisa sobre o Benefício Eventual. Na reunião da Comissão de*
800 *Política do mês de maio foi discutido os Benefícios Eventuais, com a presença da Diretora do*
801 *Departamento de Benefício Assistenciais da SNAS, Maria José Freitas, tendo como*
802 *encaminhamento que a SNAS apresentaria na reunião de julho a proposta de formulário de*
803 *pesquisa “online” sobre a regulamentação desses benefícios em âmbito nacional. A diretora Maria*
804 *José apresentou a proposta de formulário de pesquisa que traz perguntas específicas sobre a forma*
805 *de regulamentação dos Benefícios Eventuais, segundo a LOAS, a Resolução CNAS n. 212 e o*
806 *Decreto n. 6307; a existência de recursos definidos para esse benefício; co-financiamento do*
807 *Estado; demanda reprimida; quais os benefícios eventuais disponíveis no município; questões*
808 *específicas de concessão do benefício eventual, auxílio funeral e natalidade; atuação da assistência*
809 *social em situação de calamidade pública e do tipo de cobertura do Benefício Eventual nesse caso.*
810 *O questionário foi discutido amplamente pelos integrantes da Comissão. Encaminhamentos: - A*
811 *SNAS apresentará a proposta de questionário sobre a regulamentação e prestação dos Benefícios*
812 *Eventuais no âmbito dos municípios durante reunião da CIT para apreciação. - O questionário*
813 *será disponibilizado no sítio do MDS para serem preenchidos pelos Gestores. Os Conselheiros de*
814 *Assistência Social serão informados sobre a realização dessa pesquisa. - Garantir junto à*
815 *Comissão Organizadora da VII Conferência Nacional de Assistência Social a realização de uma*
816 *oficina para apresentação dos resultados da pesquisa. Proposta de calendário – Processo de*
817 *Levantamento sobre Benefícios Eventuais: - Até final de julho/09 – finalização do questionário pela*
818 *SNAS; - Agosto – apresentação da proposta de pesquisa à CIT; - 11 de agosto – informe da SNAS*
819 *sobre o fechamento do questionário da pesquisa sobre Benefícios Eventuais; - Até o final de agosto*
820 *– Disponibilização do aplicativo no sítio do MDS e mobilização dos Gestores. (A SNAS fará uma*
821 *nota de divulgação da pesquisa junto aos Gestores e o CNAS encaminhará uma nota para os*
822 *Conselhos Municipais e Estaduais informando sobre o levantamento e solicitará que os mesmos*
823 *acompanhem essa pesquisa em âmbito local). - Setembro – preenchimento dos formulários pelos*
824 *Gestores. - Outubro e novembro – compilação e análise das respostas da pesquisa e fechamento*
825 *do relatório pela SNAS;- Novembro – apresentação dos resultados da pesquisa numa oficina da VII*
826 *Conferência Nacional de Assistência Social. Questões levantadas pela Comissão de Política sobre*
827 *o questionário da pesquisa dos Benefícios Eventuais: - Importância de que o questionário sobre*
828 *Benefícios Eventuais chegue também aos prefeitos e não só aos Gestores, para que o mesmo*
829 *entenda e busque maiores informações sobre esse benefício; - Inclusão de links no questionário*
830 *“online” para que se possa acessar a LOAS, a Resolução CNAS nº 212 e o Decreto nº 6307/07. -*
831 *Sugestão de se fazer referência às políticas as quais pertencem os itens relacionados no item 9.3.1:*
832 *saúde, esporte, auxílio moradia, CREAS, entre outros. - Que o CNAS realize um debate com o*
833 *Conselho Nacional de Saúde para discussão dos resultados da pesquisa sobre Benefícios*
834 *Eventuais, com o objetivo de tirar encaminhamentos conjuntos. - Acrescentar um item à lista de*
835 *situação de vulnerabilidade e calamidade públicas fazendo menção ao intérprete de línguas de*
836 *sinais para pessoas que dele necessitem em situações de emergência. Questões gerais levantadas*

837 pela Comissão de Política quanto aos Benefícios Eventuais: - O cuidado e o alerta de que a
838 política de assistência social não pode dar conta de serviços de responsabilidade de outras
839 políticas públicas, principalmente na área de saúde e mais especificamente na área de
840 reabilitação; mas por outro lado, considerar o importante papel da assistência social de se investir
841 num trabalho intersetorial para viabilizar o processo de transição desses serviços da assistência
842 para outras políticas, principalmente para a saúde. - A necessidade de se pensar na integração do
843 Benefício Eventual com outros benefícios sócio-assistenciais considerando que o referido benefício
844 está voltado a todas as famílias de qualquer serviço ou benefício. - O fato de em alguns município o
845 auxílio funeral ser de responsabilidade da saúde, o que leva a sugerir, discutir e avaliar a relação
846 do auxílio natalidade ao Programa Bolsa Família. - Em caso de regulamentação dos Benefícios
847 Eventuais pelo Legislativo, faz-se necessário que o Conselho e o Órgão Gestor articulem
848 audiências públicas e debates prévios junto ao Legislativo visando esclarecer o que é e o que não é
849 Benefício Eventual, previsto pela LOAS. - O repasse do Benefício Eventual em dinheiro,
850 principalmente o auxílio funeral, torna difícil a vida dos usuários. Uma situação é a prefeitura ter
851 um convênio tabeladoi, outra situação é o usuário do benefício receber o dinheiro para comprar
852 serviços. Nesse últimos caso o prestador de serviço vai cobrar caro do usuário, não tendo a
853 sensibilidade de se fazer a leitura do corte da pobreza. - A partir do resultado do levantamento
854 sobre Benefícios Eventuais, se pensar num cronograma de regulamentação dos Benefícios
855 Eventuais para os municípios que ainda não regulamentaram, pautado na gradualidade dos prazos
856 para negociação do co-financiamento do Estado, previsão de recursos no PPA; implementação dos
857 benefícios, entre outras questões. Cartilha sobre Benefícios Eventuais. A diretora do Departamento
858 de Benefícios Assistenciais relatou o conteúdo da minuta da cartilha já preparada pela SNAS, que
859 traz a conceituação dos benefícios, o histórico de sua concessão, as modalidades dos benefícios
860 previstos pela legislação (LOAS, da Resolução CNAS nº 212 e do Decreto nº 6.307/07), o processo
861 de regulamentação, com definição de critério e prazos dos benefícios eventuais. Aborda também
862 sobre o atendimento às situações de vulnerabilidade temporária, a forma de acesso, bem como a
863 questão de que esses benefícios devem estar disponíveis e serem prestados com agilidade e
864 qualidade, bem como a elaboração de uma nota explicativa esclarecendo o que é e o que não é
865 benefício eventual da assistência social. Quanto à proposta do CNAS de inclusão na cartilha de
866 orientações sobre o atendimento a vítimas de calamidade pública, a SNAS informou que incluirá
867 orientações baseadas em leis federais tais como:- Decreto 5336/05 - que só vou citá-lo aqui para
868 ser mais rápido. - Lei 10954/2004. São estes dois. **Encaminhamentos.** - Aguardar os resultados da
869 Pesquisa sobre Benefícios Eventuais para que a SNAS possa finalizar o conteúdo da cartilha,
870 visando atender, de fato, as necessidades levantadas na pesquisa. Questões levantadas pela
871 Comissão de Política sobre o atendimento às vítimas de Calamidade Pública: - O recurso
872 disponível da Política Nacional de Assistência Social não consegue atender a grande demanda das
873 calamidades – as ações devem ser intersetoriais. Observa-se que o impacto da situação de
874 emergência passa, porém as vulnerabilidades permanecem, neste sentido é importante orientar os
875 gestores na importância de se ter um atendimento imediato às vítimas e um monitoramento
876 contínuo e sistemático posterior à situação e calamidade para avaliar e atender às reais
877 necessidades da população. -Pensar na possibilidade de se fazer mais de uma cartilha: cartilha
878 com linguagem mais popular para informe aos usuários sobre os seus direitos, onde e como
879 acessar os benefícios eventuais, trazendo questões estratégicas para a população atender e se
880 apropriar dos seus direitos; e outra cartilha mais operacional e técnica que norteará os trabalhos
881 dos gestores e conselhos quanto à regulamentação e prestação dos serviços dos Benefícios
882 Eventuais e o fluxo sobre o atendimento a vítimas de calamidade pública. Apresentação do Balanço
883 do Pacto de Aprimoramento de Gestão do SUAS: Trata-se de uma das ações do Planejamento

884 *Estratégico do CNAS, a apresentação pela SNAS do Balanço do Pacto de Aprimoramento de*
885 *Gestão do SUAS. Jaime Rabelo Adriano, Coordenador Geral de Regulação da Gestão*
886 *Intergovernamental do SUAS – SNAS/MDS, apresentou o balanço do Pacto de Aprimoramento de*
887 *Gestão do SUAS. O pacto do SUAS constitui a celebração de compromissos entre o Gestor*
888 *Estadual e do DF com o Gestor Federal a cada dois anos, visando a adequação de seus órgãos*
889 *executivos ao pleno exercício da gestão da assistência social, do Programa Bolsa Família e do*
890 *Cadastro Único no seu âmbito de competência. Os municípios têm um processo de habilitação, com*
891 *requisitos definidos na Norma Operacional Básica para habilitação, de acordo com os níveis de*
892 *gestão: gestão inicial, básica e plena, enquanto que os Estados fazem adesão ao SUAS por meio do*
893 *Pacto de Aprimoramento de Gestão. Na discussão sobre adesão ao SUAS, a SNAS está redefinindo*
894 *o local do DF na adesão. O DF deixa de ser considerado estado e passar a ser considerado*
895 *município. Os 26 Estados e DF aderiram ao SUAS, assumindo a gestão da Assistência Social,*
896 *dentro de seu âmbito de competência, tendo diversas responsabilidades a cumprir, em consonância*
897 *com o Pacto de Aprimoramento de Gestão, considerando os seguintes elementos: - As metas*
898 *estabelecidas pela Conferência Nacional de Assistência Social e pelas Conferências Estaduais e do*
899 *Distrito Federal, respeitando o princípio da gradualidade que fundamenta o Sistema Único da*
900 *Assistência Social (SUAS) Plano 10; - O estágio de organização da gestão e da implementação do*
901 *respectivo Sistema Estadual e do Distrito Federal de Assistência Social; - As prioridades nacionais*
902 *para aprimoramento da gestão estadual e do Distrito Federal do SUAS pactuadas no âmbito da*
903 *Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e deliberados pelo Conselho Nacional de Assistência*
904 *Social (CNAS); - As prioridades estaduais e do Distrito Federal para aprimoramento da gestão do*
905 *SUAS pactuadas no âmbito das respectivas Comissões Intergestores Bipartite (CIB). 3.1. Pacto de*
906 *Aprimoramento da Gestão do SUAS – Biênio 2007/2008 (prioridades nacionais): Reordenamento*
907 *institucional e programático do órgão gestor de assistência social para adequação ao SUAS,*
908 *respeitado o disposto na NOB/RH/SUAS: - Adequação da estrutura organizacional da Secretaria*
909 *Estadual da Assistência Social para o pleno exercício das funções essenciais da gestão estadual; -*
910 *Adequação do regimento interno da Secretaria Estadual de Assistência Social à nova estrutura*
911 *organizacional e funções da gestão estadual; - Adequação do quadro de pessoal às necessidades da*
912 *nova estrutura e funções da SEAS; - Estruturação da área responsável pela gestão do trabalho e*
913 *capacitação. Descrição da organização estadual em regiões e microrregiões, com identificação da*
914 *implantação dos serviços de caráter regional, dos Municípios-sede ou pólo e respectivos*
915 *Municípios de abrangência: - caracterização do território estadual por vulnerabilidade, ricos e*
916 *incidência das violações de direitos; - descrição do território em regiões ou microrregiões; -*
917 *identificação e caracterização dos serviços de proteção social básica e especial no território; -*
918 *identificação dos serviços de caráter regional, municípios-sede ou pólo e municípios de*
919 *abrangência; - identificação da necessidade de estruturação de serviços de caráter regional,*
920 *localização e área de abrangência. Prestação de apoio técnico aos Municípios na estrutura e*
921 *implantação de seus Sistemas Municipais de Assistência Social, na gestão do Cadastro Único e do*
922 *Programa Bolsa Família: - apoio e orientação aos Municípios na estruturação e funcionamento*
923 *dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS; - apoio e orientação aos Municípios na*
924 *estruturação e funcionamento dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social –*
925 *CREAS; - apoio aos Municípios no acompanhamento das famílias beneficiárias do PBF que não*
926 *estejam cumprindo as condicionalidades; - estímulo, apoio e orientação aos Municípios para o*
927 *cadastro das famílias com crianças em trabalho infantil; - estímulo e orientação para que os*
928 *Municípios não habilitados e em gestão inicial se habilitem em gestão básica ou plena; - estímulo e*
929 *apoio aos Municípios na alimentação do CAD/SUAS e dos demais sistemas de informação do MDS.*
930 *Coordenação, gerenciamento, execução e co-financiamento de programas de capacitação de*

931 *gestores, profissionais, conselheiro e prestadores de serviços: - elaboração do Plano Estadual de*
932 *Capacitação de gestores, técnicos, conselheiros e prestadores de serviços; - capacitação de*
933 *gestores, técnicos, conselheiros e prestadores de serviços; - definição do co-financiamento de*
934 *programas de capacitação de gestores, profissionais, conselheiros e prestadores de serviços.*
935 *Elaboração de proposta para instalação e coordenação do sistema estadual de informação,*
936 *monitoramento e avaliação das ações de Assistência Social, do Cadastro único e do PBF: -*
937 *estruturação da área responsável pelo monitoramento e avaliação; - avaliação da implantação da*
938 *política de gestão do trabalho nos Municípios de acordo com as diretrizes estabelecidas na*
939 *NOB/RH/SUAS; - definição de processo de transição para municipalização da execução direta de*
940 *serviços de proteção social básica contendo metas, responsáveis e prazos; Implementação de*
941 *estratégia para o cadastramento de povos indígenas e comunidades quilombolas; Mobilização para*
942 *documentação civil básica; Mobilização para o cadastramento das famílias com criança em*
943 *situação de trabalho infantil; Promoção da utilização do Cadastro único para a articulação e*
944 *integração de outras políticas estaduais; Definição de estratégias para aperfeiçoar a focalização*
945 *dos programas que utilizam o Cadastro Único; Avaliação, acompanhamento e proposta de*
946 *alternativas para a melhoria na logística de pagamento de benefícios, distribuição e entrega de*
947 *cartões; Mobilização na rede estadual para o fornecimento de informações de frequência escolar,*
948 *de acompanhamento de saúde e acompanhamento de ações sócio-educativas; Articulação com os*
949 *coordenadores estaduais de saúde e educação para a gestão de condicionalidades e*
950 *acompanhamento das famílias beneficiárias do PBF; Definição de estratégias que orientem a*
951 *formulação, implementação e articulação de programas complementares ao PBF; Promoção de*
952 *ações de sensibilização, articulação e apoio à gestão dos programas complementares ao PBF pelos*
953 *Municípios; e Formulação, articulação e implementação de programas complementares ao PBF no*
954 *âmbito estadual. 3.1.Proposta do MDS de revisão do processo – Biênio 2009/2010. - Manutenção*
955 *das prioridades nacionais já estabelecidas para o biênio 2007/2008. - A definição de indicadores*
956 *que avaliem o desempenho da gestão estadual no exercício de seu papel no âmbito do sistema, para*
957 *efeito da transferência de recursos federais, como incentivo a gestão estadual. - A revisão da*
958 *metodologia para elaboração dos Pactos a serem celebrados, fortalecendo o processo de*
959 *planejamento conjunto entre a União e Estado, que possibilite uma maior precisão conceitual, das*
960 *prioridades, das ações, metas e de indicadores necessários para o acompanhamento. - A realização*
961 *de oficinas de planejamento conjunto para elaboração dos pactos. - Pactuação de novas ações e*
962 *metas no âmbito das prioridades nacionais pactuadas para o biênio 2007/2008, a serem*
963 *executadas em 2009/2010 e, de novos recursos a serem repassados como incentivo e gestão*
964 *estadual, quais sejam: I. Capacitação: - Técnicos e gestores responsáveis pela execução do*
965 *ProJovem Adolescente; - Conselheiros Estaduais e Municipais; - Gestores Locais de Assistência*
966 *Social. II. Apoio aos Municípios: - Na implementação e implantação da Proteção Social Básica aos*
967 *jovens e suas famílias; - Para erradicação do trabalho infantil; - Para o reordenamento do modelo*
968 *de atenção de alta complexidade. III -Informação, monitoramento e avaliação: - Monitoramento de*
969 *CRAS e CREAS; I. Municipalização: - Das medidas sócio-educativas em meio aberto; I.*
970 *Mobilização para documentação civil pública; VI. Promoção da utilização do Cadastro único para*
971 *a articulação e integração de outras políticas estaduais; V. Articulação com os coordenadores*
972 *estaduais de saúde e educação para a gestão de condicionalidades e acompanhamento das famílias*
973 *beneficiárias do PBF (a intenção do MDS é de fazer um pacto único com os estados, que envolva*
974 *todas as políticas do MDS. Para esse momento se conseguiu integrar a Secretaria Nacional de*
975 *Rede de Cidadania – SENARC, com o Programa Bolsa Família e a Secretaria Nacional de*
976 *Assistência Social – SNAS, com o SUAS). Foi realizada a 1ª Oficina de Planejamento do MDS com*
977 *os Gestores Estaduais, em março de 2009, que tratou das prioridades de capacitação e de apoio*

978 aos municípios; Foram realizadas as Reuniões Descentralizadas nos Estados e no DF, com o
979 objetivo de fortalecer os municípios na estrutura e implantação de seus Sistemas Municipais de
980 Assistência Social, capacitando Conselheiros de Assistência Social no controle social e preparação
981 para as Conferências de Assistência Social. 3.1. Incentivos Técnicos. No âmbito da celebração dos
982 Pactos, os estados e o DF podem receber incentivos técnicos e financeiros do MDS. Considerando
983 que no primeiro pacto – Biênio 2007/2008 não havia um instrumental padrão, a apresentação de
984 planos de trabalho trouxe prioridades com conceitos pouco precisos; conceitos diversos para ações
985 e atividades; ações que não possibilitam o alcance de prioridades. Em muitos pactos as metas eram
986 pouco precisas e não existiam indicadores de avaliação. Em função disso fez-se necessário instituir
987 a gestão cooperativa entre estados e MDS e definir melhor o papel de consultores que fazia todo o
988 processo de acompanhamento da execução do pacto. Nesta época havia um grupo de consultores
989 que fazia todo o processo de acompanhamento de execução do pacto. Cada consultor era
990 responsável por 3 estados. Para o Pacto 2009/2010 o MDS está contratando 14 consultores para
991 dar apoio ao Estado no aprimoramento da gestão Estadual. Estão sendo contratados consultores
992 para as áreas de Gestão Financeira, Regulação, Gestão da Informação, Capacitação e Gestão do
993 Trabalho, Planejamento, Gestão e Organização da Proteção Social Básica e Gestão e Organização
994 da Proteção Social Especial. 3.1. Incentivos Financeiros: Os estados e o Distrito Federal que
995 aderirem os SUAS poderão receber Incentivo Financeiro ao Aprimoramento da Gestão dos Estados
996 e do Distrito Federal – IGE. A partir de 2008 os repasses do IGE estarão condicionados a
997 indicadores de desempenho obtidos a partir do processo de monitoramento e avaliação, ou seja, os
998 estados estão sendo avaliados a partir do desempenho dos municípios. O índice de Gestão
999 Descentralizada no âmbito estadual – IGDE mensurará o desempenho da gestão estadual
1000 agregando parâmetros que refletirão o desempenho dos estados nas ações e projetos realizados no
1001 PBF, no CadÚnico e no SUAS. - Novas tarifas serão incorporadas no cálculo do IGDE: 1. Taxa
1002 Cobertura Qualificada de Cadastro; 2. Taxa de Atualização de Cadastros; 3. Taxa de Crianças
1003 com Informações de Frequência Escolar; 4. Taxa de Famílias com Acompanhamento da Agenda da
1004 Saúde; 5. Taxa de Crianças Vinculadas ao SISPETI; 6. Taxa de CREAS no estado; - Integração
1005 IGE e IGDE = $IGD; e \frac{\text{Quantidade total de crianças identificadas em situação de trabalho infantil com frequência informada no serviço sócio-educativo e de convivência no SISPETI. Quantidade total de crianças vinculadas ao SISPETI. Quantidade total de unidades do CRAS no estado com indicador de desempenho acima de 0,5. Quantidade total de CRAS no estado. IGDe} = \frac{1}{+ 2+ 3 + 4 + 5 + 6}$
1006
1007
1008
1009
1010 6 O IGDe tem um cálculo de divisão dos seis parâmetros divididos por seis..
1011 3.1. Questões a serem consideradas para controle social da implementação do SUAS: - A prestação
1012 de contas relativa ao incentivo financeiro repassado aos estados comporá a prestação de conta
1013 anual dos respectivos Fundos Estaduais de Assistência Social e deverá estar disponível para
1014 averiguações por parte do MDS e dos órgãos de controle interno e externo. - Os Fundos Estaduais
1015 de Assistência Social submeterão até 30 de março do exercício subsequente as prestações de contas
1016 dos recursos de incentivo financeiro, repassados no ano imediatamente anterior, aos respectivos
1017 Conselhos Estaduais de Assistência Social – CEAS, os quais se manifestarão no prazo de 60
1018 (sessenta) dias a respeito de sua aprovação. - Os estados deverão informar formalmente até 30 de
1019 junho de cada exercício, o resultado da avaliação da prestação de contas pelo CEAS ao MDS. - O
1020 não cumprimento do prazo estabelecido para a comunicação ao MDS da aprovação das contas
1021 ensejará a suspensão dos repasses até a devida regularização, não havendo transferência
1022 cumulativa ao período da suspensão. 3.1.1. IGDe e o fortalecimento do controle social: O MDS
1023 está estudando a possibilidade de inserir no Decreto do Programa Bolsa Família um percentual
1024 dos recursos do IGD mensal para estruturação e manutenção dos conselhos. (3% a 5%). Está se

1025 *estudando um incentivo financeiro para se aprimorar o Programa Bolsa Família – a proposta é*
1026 *que parte desses recursos seja destinado à estruturação dos Conselhos de Assistência Social do*
1027 *Bolsa Família que esteja em outras políticas migre para a assistência social. Questões levantadas*
1028 *pela Comissão de Política sobre o pacto de Aprimoramento do SUAS: O Pacto não vem para*
1029 *resolver o controle social. Ele é passível do controle social, pois envolve recursos, metas e*
1030 *prioridades que têm de ser avaliadas pelos Conselhos e há uma preocupação com a fragilidade dos*
1031 *Conselhos Estaduais. - Considerando que o avanço do Estado no aprimoramento da Gestão do*
1032 *SUAS facilita a gestão dos municípios na mesma direção, faz-se necessário criar uma visão*
1033 *sistêmica do SUAS e quebrar com a visão a partir do seu lugar. - O avanço na consolidação do*
1034 *SUAS está condicionado ao critério de gradualidade na sua implementação. - Reavaliação dos*
1035 *serviços regionalizados do SUAS – Uma cidade de pequeno porte não comporta instalar todos os*
1036 *serviços, e se alguns serviços mais especializados não estão na região, a situação fica crítica –*
1037 *cria-se um problema na capital do Estado. A Capital acaba recebendo as demandas – é o que vem*
1038 *acontecendo com o SUS e começa a acontecer com o SUAS. - Necessidade de se discutir o papel*
1039 *dos conselhos municipais, do DF, Estaduais e Nacional no controle social do SUAS e no seu*
1040 *fortalecimento – é preciso pensar em ações que empoderem os conselhos para além de capacitação*
1041 *e para que suas deliberações sejam respeitadas pelos Gestores. Necessidade de os conselhos e*
1042 *cidadãos em geral fazerem o controle social não apenas pautando o questionamento do que não*
1043 *está funcionando bem, mas também nas omissões, ou seja fazer exercício de onde deveríamos estar*
1044 *e o que faltou para se avançar. A aprovação do PL SUAS permitirá o pagamento de servidores do*
1045 *SUAS, que poderá ser repassado fundo a fundo. A SNAS avalia que há margem para se investir no*
1046 *concurso público e no pagamento do profissional com recurso federal, como forma de se eliminar a*
1047 *terceirização que é contada para a lei de responsabilidade fiscal. Encaminhamento: - Solicitar*
1048 *trimestralmente ao MDS informações acerca do aprimoramento da gestão nacional do Pacto de*
1049 *Aprimoramento da Gestão do SUAS: - Encaminhar periodicamente aos Conselhos Estaduais*
1050 *informações sobre o Pacto de Aprimoramento de Gestão do SUAS e solicitar informações de como*
1051 *os conselhos estaduais estão acompanhando e fazendo o monitoramento em seu Estado. Que o*
1052 *CNAS possa estabelecer uma interlocução com os conselhos estaduais, repassando informações*
1053 *sobre os balanços periódicos do Pacto de Aprimoramento de Gestão do SUAS e propor aos*
1054 *mesmos uma agenda de acompanhamento do Pacto, para que os Conselhos Estaduais se apropriem*
1055 *do seu papel de controle social e de fomentador da Política de Assistência Social. - Que o CNAS*
1056 *solicite informações de como os conselhos estaduais estão acompanhando e fazendo o*
1057 *monitoramento do Pacto em seu Estado. Necessidade de o CNAS discutir estratégias que estão na*
1058 *lógica do Pacto de Aprimoramento de Gestão do SUAS, para além do PL SUAS (que dá conta de*
1059 *algumas questões, mas não de sua totalidade), visando garantir o avanço do SUAS como uma*
1060 *Política Pública de Estado, considerando que os conselhos são órgãos que estão para além da*
1061 *gestão e podem definir estratégias para esse processo. 4. PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA*
1062 *SAÚDE: São estas duas portarias abaixo que foram trazidas para a discussão na Comissão de*
1063 *Política pela Conselheira Dolores. Eu vou passar já para o encaminhamento neste sentido. São as*
1064 *duas portarias. Encaminhamentos: - As portarias do Ministério da Saúde Serão remetidas para*
1065 *avaliação e discussão do Grupo de Trabalho – Habilitação e Reabilitação das Pessoas com*
1066 *Deficiência, que se reunirá no dia dez de agosto de 2009. 5. a) Ofício da Prefeitura Municipal de*
1067 *Curimatá/PI, informando que ainda não enviaram as informações pertinentes ao demonstrativo*
1068 *sintético anual da Execução Físico-Financeiro referente ao exercício de 2008, em função de até*
1069 *hoje a x gestora não ter entregado o balanço geral de 2008. O gestor atual tomou todas as medidas*
1070 *legais cabíveis, impetrando na justiça uma ação de obrigação de fazer outra de improbidade*
1071 *administrativa, a fim de que o município não seja penalizado pela omissão e irresponsabilidade do*

1072 *ex-gestor. Encaminhamentos: Enviar cópia do ofício à SNAS tomar conhecimento e fazer*
1073 *acompanhamento. b) Ofício do CONANDA com cópia de ofício do Conselho Municipal dos*
1074 *Direitos da Criança e do Adolescente de Alcobaça/BA: Denúncia de descaso da Administração*
1075 *Pública do Município de Alcobaça Gaita de apoio aos serviços sociais que recaí tia falta de*
1076 *cumprimento dos direitos da criança e do adolescente; serviços precários; dificuldades*
1077 *encontradas pelo PETI; CREAS com seus serviços limitados devido às dificuldades impostas pela*
1078 *Administração Pública; os serviços de segurança pública vem enfrentando inúmeras dificuldades,*
1079 *colocando em risco o bom desempenho das ações policiais, acarretando o crescimento*
1080 *considerável nas ocorrências, como furtos, roubos, estupro, tráfico e uso de drogas e violências*
1081 *principalmente contra criança e adolescente; considerando a ausência da atuação efetiva do*
1082 *Ministério Público na Comarca de Alcobaça/BA; e a ausência efetiva da Promotoria Pública,*
1083 *resolve denunciar o descaso da Administração Pública do município, solicitando providências.*
1084 **Encaminhamento:** *Enviar cópia do ofício à SNAS. c) Recebimento de exemplar do “Guia de*
1085 *Orientação: habilitação municipal à gestão do SUAS” material elaborado pela CJB/PR e*
1086 *CEAS/PR, com o objetivo de subsidiar os municípios na organização de sua gestão municipal,*
1087 *resgatando a importância da habilitação ao SUAS e o compromisso a ser assumido pelos gestores*
1088 *com a política de Assistência Social; Encaminhamento: Enviar ofício parabenizando pela*
1089 *iniciativa e solicitar material para distribuição aos Conselheiros do CNAS. d) Cadernos SUAS IV*
1090 *Assistência Social – Sistema Municipal de Gestão Local do CRAS, também elaborado pelo Estado*
1091 *do Paraná. Encaminhamentos: Enviar ofício parabenizando pela iniciativa e solicitar material*
1092 *para distribuição aos Conselheiros do CNAS. e) ofício da Secretaria de Estado da Assistência*
1093 *Social, Trabalho e Habilitação de Santa Catarina. Informa sobre a mobilização estadual de*
1094 *enfrentamento à violência e exploração sexual infanto-juvenil. O Governo do Estado vem*
1095 *combatendo a violência contra crianças e adolescentes através de um conjunto de ações que*
1096 *assegurem a proteção integral de crianças e adolescentes em situação ou risco de violência sexual*
1097 *e dentre elas viabilizando vinhetas, entrevistas e cartazes sobre o tema. Encaminhamento: Enviar*
1098 *ofício parabenizando pela mobilização e solicitar informações complementares sobre os*
1099 *desdobramentos da mesma. 6) Definição da Pauta de agosto. - Ato Contra a PEC da Redução da*
1100 *Maioridade Penal; - Nota Pública: Decisão do STJ e TJ-MS – absolvição da prática de exploração*
1101 *sexual de crianças e adolescentes; - Manifestação contrária à criação da Agência Nacional de*
1102 *Proteção à Criança e ao Adolescente, conforme PL 4556/2008; - Informe da SNAS sobre o*
1103 *fechamento do Questionário de Pesquisa sobre benefícios eventuais”. A senhora Presidente colocou*
1104 *em discussão o relatório da Comissão de Política, com a sugestão de se apreciar ponto por ponto. A*
1105 *Conselheira Dolores alertou que a Política de Assistência Social não poderia dar conta de serviços*
1106 *de responsabilidade de outra política, em relação aos benefícios eventuais, com o SUS tendo*
1107 *assumido parcela da reabilitação e habilitação da pessoa com deficiência, mas não havia assumido o*
1108 *mais importante que era a habilitação e reabilitação social, solicitando à Comissão de Política que*
1109 *encarasse esa questão que não havia sido considerado. A Conselheira Marisa complementou que*
1110 *entrava nesse ponto as residências para as pessoas com deficiência mental grave, para todos aqueles*
1111 *que não tinham família, eram desamparados e a saúde não estava assumindo isso. O Conselheiro*
1112 *José Crus lebrou à Conselheira Dolores que se estava com essa atenção no GT Habilitação e*
1113 *Reabilitação das pessoas com deficiência. Com relação ao item três, Apresentação do balanço do*
1114 *pacto de aprimoramento de gestão do SUAS, a Conselheira Margareth manifestou ser um avanço*
1115 *alcançado nesse assunto, com a definição do papel do estado. A senhora Presidente indagou se*
1116 *havia mais alguma colocação, em não havendo deu o item um, dois e três como aprovados. Ainda*
1117 *com relação ao item três, a senhora Presidente chamou a atenção dos Conselheiros do Conselho*
1118 *Nacional de Assistência Social e do Conselho Estadual, que se encontravam presentes, para a*

1119 importância desse assunto. Prosseguindo com os itens, a Conselheira Margareth referiu-se à questão
1120 levantada pela Comissão de Política sobre o pacto de aprimoramento do SUAS respeito ao
1121 pagamento de servidores do SUAS, tendo colocado como encaminhamento a discussão sobre que a
1122 aprovação do PL SUAS seria um grande passo para a terceirização e para o concurso público, e
1123 discutir, também, como ficaria a lei de responsabilidade fiscal, colocando se os gestores iriam
1124 trabalhar a Lei de Responsabilidade Fiscal para poder garantir um concurso público, independente
1125 de ter o dinheiro fundo a fundo. A senhora Presidente esclareceu que a proposta era eliminar a
1126 vírgula, como forma de eliminar a terceirização, com o Conselheiro José tirando também que o PL
1127 era uma forma de se eliminar a terceirização. A senhora Presidente colocou, como proposta da
1128 Conselheira Margareth a inclusão do item “discussão sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal”,
1129 sendo aprovado com essas observações. O Conselheiro Charles citou o item “b”, sugerindo enviar
1130 cópia ao CNAS e às instâncias estaduais do MP e da Justiça da infância e da juventude. O
1131 Conselheiro Renato Saidel referindo-se à denúncia recebida de Omissão do Ministério Público, que
1132 se encaminhasse para a corregedoria do Ministério Público, que era o órgão responsável pela
1133 fiscalização do promotor local, para que se pudesse verificar isso no estado da Bahia. A senhora
1134 Presidente submeteu o relatório para apreciação dos Conselheiros, em não havendo nenhuma
1135 observação, o mesmo foi aprovado. Na sequência, passou para o item Relato da Comissão de
1136 Política, com o coordenador, Conselheiro Frederico, passando à sua leitura: “*Comissão de Política.*
1137 *Data: 11 de agosto. Local: CNAS, horário, de 9 às 12. Participantes: Frederico Jorge de Souza*
1138 *Leite, Heloísa Helena Mesquita Maciel, José Crus, João Carlos Carreira Alves, Renata Rodrigues*
1139 *Flores Alves, Samuel Rodrigues, Sérgio Wanderly Silva, Simone Aparecida Albuquerque. Ausência*
1140 *Justificadas: Edivaldo da Silva Ramos, e Margareth Alves Dallaruvera. Convidados: Helga*
1141 *Cristina Edler, do Departamento de Benefícios Assistenciais – DBA/MDS. Apoio: Carolina da*
1142 *Silva e Maria auxiliadora Pereira. Primeiro ponto: recondução/eleição do coordenador da*
1143 *Comissão de Política, de acordo com o art. 24, inc. 9º do Regimento do CNAS. Encaminhamento: a*
1144 *Comissão de Política aprova a recondução do Conselheiro Frederico Leite na Coordenação da*
1145 *Comissão de Política do CNAS. 2. Tipificação dos serviços sócio-assistenciais. Em reunião*
1146 *extraordinária do CNAS no dia 27 de julho, foi apresentada pela SNAS a tipificação dos serviços*
1147 *sócio-assistenciais que vem sendo discutidos em âmbito nacional. O encaminhamento da Plenária*
1148 *foi de que este tema fosse aprofundado na Comissão de Política. O debate da tipificação levou em*
1149 *consideração dois documentos complementares: a) proposta de redação do grupo de trabalho de*
1150 *habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência, que se reuniu no dia 11 de agosto. Obrigado!*
1151 *10 de agosto! Documento de tipificação dos serviços sócio-assistenciais, serviço de habilitação e*
1152 *reabilitação, e proteção social especial de média complexidade. Mudança do termo “serviço de*
1153 *apoio de habilitação e reabilitação” para “serviço de proteção no processo de reabilitação e*
1154 *habilitação”. Substituição, podem ser, na frase “no âmbito da Assistência Social”, é desenvolvido*
1155 *por meio da oferta e promoção de acesso. B), análise debatida na Comissão Intergestores*
1156 *Tripartite – CIT, em anexo. A partir das contribuições acima citadas as seguintes questões foram*
1157 *levantadas: temos aí a proposta da CIT que está em anexo, e a proposta da Comissão de Política.*
1158 *Tema: serviço de proteção e atenção integral à família PAIF. Recomendações para o debate: que a*
1159 *relação das recomendações deixe mais claro o limite entre a política de assistência social e do*
1160 *trabalho. Este é um encaminhamento nosso, da Comissão, não é? Da CIT: necessidade premente*
1161 *do CRAS não ofertar ações na linha terapêutica em detrimento das ações de cidadania. Nós:*
1162 *manter a recomendação do texto original como forma a enfatizar que o CRAS não oferta ações*
1163 *terapêuticas. CIT: debater sobre a inserção produtiva como um serviço que deve ser ofertado de*
1164 *forma continuada, como uma ação complementar ao PAIF, considerando que as vulnerabilidades,*
1165 *em sua grande maioria, relacionam-se com a renda familiar, e a dificuldade das famílias atendidas*

1166 pelos CRAS de prover seu próprio sustento. Proposta da Comissão: a inserção produtiva na
1167 Assistência Social deve ser vista como estratégia a ser articulada ao serviço continuado da Política
1168 de Trabalho. Informações e encaminhamentos aos serviços de emprego e renda, e a programas de
1169 associativismo e cooperativismo, e organização de grupos de trabalho e inclusão produtiva no
1170 trabalho social. Proposta da Comissão: deixar mais claro o limite entre a política de Assistência
1171 Social e a do Trabalho. CIT: pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações
1172 de vulnerabilidade e risco no trabalho social. Comissão: pela manutenção do texto original,
1173 documento de tipificação. CIT: sugestão de suprimir a palavra “ou”, no que se refere ao período
1174 de funcionamento diurno, e/ou noturno, pois o CRAS tem que necessariamente funcionar no
1175 período diurno. O turno noturno poderá ser um acréscimo ao horário de funcionamento local.
1176 Proposta da Comissão de Política: enquanto equipamento público o CRAS deve funcionar de
1177 acordo com as necessidades do território e dos usuários, nos três turnos, manhã, tarde e noite,
1178 reforçando a incorporação do compromisso dos trabalhadores com os usuários como um projeto
1179 ético, e não apenas a utilização de sua técnica. A assistência social não pode ser confundida com
1180 assistencialismo e voluntariado. Proposta da CIT: substituir o termo “prontuário”, instrumento
1181 técnico de acompanhamento familiar, em todos os serviços, por “prontuário Social”. A Comissão:
1182 Prontuário único com direito de acesso dos usuários e garantia de instrumentos de sistematização
1183 das informações técnicas necessárias, inclusive quanto ao sigilo profissional, no que couber.
1184 Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos com o tema. Para a CIT: eu vou ler todos, e
1185 depois a gente passaria! Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos. As faixas etárias das
1186 subcategorias devem ser excludentes, e além disto devem levar em conta a definição etária do ECA
1187 para crianças até 12 anos, e adolescentes dos 12 aos 17 anos. Incluir uma introdução que afirme a
1188 especificidade da Comissão de Política. Eu vou ler todas, e a CIT. A atenção para que o serviço
1189 para a criança de zero a seis anos não irá substituir a responsabilidade da educação infantil. Dá
1190 ênfase ao atendimento direto da criança de zero a seis anos, articuladas às atividades envolvidas
1191 com a família. Considerando que as atividades de contra-turno escolar devem ser concebidas e
1192 operacionalizadas na perspectiva de subsidiar o processo de aquisição do ensino e aprendizagem,
1193 e contribuir na formação de conhecimento com conteúdos e metodologias articuladas com o ensino
1194 formal, aliado à necessidade de contemplar atividades artísticas, culturais e esportivas.
1195 Consideramos que os serviços para crianças e adolescentes deve ser preferencialmente
1196 desenvolvido na escola, em período integral, conforme preconiza a lei 9.394/96, de diretrizes e
1197 bases na educação. Em nosso entendimento cabe à Assistência Social trabalhar com as famílias
1198 visando o fortalecimento da sua função protetiva, e não o atendimento direto às crianças,
1199 destacando que esta faixa etária exige estrutura física específica, além dos demais recursos
1200 humanos e materiais pedagógicos, entre outros, pensar em protocolos intersetoriais. Outra
1201 proposta da CIT questiona sobre a segmentação das ações por ciclo geracional, considerando que
1202 o desenvolvimento das ações por ciclo geracional podem fragmentar as ações propostas ao
1203 fortalecimento dos vínculos. Sugere-se, portanto, que a descrição se aproprie da lógica das
1204 proteções. Questiona-se a ausência de serviços de 30 a sessenta anos, ativos econômicos, que
1205 empregados ou sub-empregados, são responsáveis pela proteção e manutenção dos membros
1206 familiares. Não foram considerados grupos destinados à população adulta. Proposta da Comissão:
1207 incluir uma introdução que afirme a especificidade das diferentes faixas etárias, considerando que
1208 o não reconhecimento das mesmas pode comprometer ações estratégicas das garantias individuais
1209 e do fortalecimento destes vínculos. Incluir a discussão da ação integrada, reforçando o conceito
1210 do que queremos como a educação integral com o chamamento das responsabilidades da
1211 intersectorialidade! Clarificar o conceito de educação integral que está sendo defendido. Deixar
1212 claro como a Assistência Social pode utilizar o esporte, a arte e o lazer como estratégia de

1213 *fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, utilizados por outras políticas. Devem existir*
1214 *serviços de convivência com a manutenção das especificidades de cada público, de forma a*
1215 *reafirmar valores, estimulando as potencialidades e habilidades dos usuários de assistência social.*
1216 *Voltemos à proposta da CIT, para a inclusão de serviços, na página quatro, inclusão de serviços de*
1217 *informação e educação para trabalho, independente daquele de convivência para adolescentes*
1218 *entre 14 e 17 anos, além do mesmo tipo de serviços para adultos, que contemplaria também a*
1219 *promoção de inclusão produtiva. A proposta da Comissão é a inserção produtiva na Assistência*
1220 *Social, que deve ser vista como estratégia a ser articulada ao serviço continuado da política de*
1221 *trabalho, valorizando a intersetorialidade. O serviço de suporte domiciliar, a Comissão de Política*
1222 *colocou: mudança no nome para “serviço de atendimento social domiciliar”, ou “serviço de*
1223 *proteção à convivência familiar e comunitária”. Importância de que este serviço esteja na proteção*
1224 *social básica. O nome do profissional: orientador social. A terminologia é a única apontada como*
1225 *reconhecida pelo Ministério do Trabalho. Necessidade de se separar a discussão do que é o serviço*
1226 *da discussão da função, e atribuições do profissional cuidador social. Rever a descrição do serviço*
1227 *para verificar se a descrição está focada no serviço, e não no trabalhador. Necessidade de buscar*
1228 *informações de como a saúde trabalha a habilitação e reabilitação. Inclusão de dois novos serviços*
1229 *na proteção social básica. Então, foi trazido pela CIT: serviços de enfrentamento à pobreza e*
1230 *projetos de inclusão produtiva, ações complementares ao trabalho social com famílias e aos*
1231 *serviços sócio-educativas de convívio com a finalidade de fortalecer o vínculo da família com o*
1232 *serviço da Assistência Social. Promover iniciativas auto-gestionárias da comunidade, para*
1233 *possibilitar o acesso a programas de capacitação profissional, e serviços de intermediação de mão-*
1234 *de-obra, favorecendo, deste modo, a inserção, reinserção e a progressão no mundo do trabalho. A*
1235 *Comissão colocou: rever a redação considerando que a inserção produtiva é um serviço*
1236 *continuado da política de trabalho, e não deve entrar como um serviço da Política de Assistência*
1237 *Social. Proposta da CIT: serviço de apoio, autonomia e convivência familiar e comunitária. O*
1238 *serviço de apoio, autonomia e convivência familiar e comunitária tem como escopo ampliar as*
1239 *possibilidades de acesso à direitos sociais dos usuários e suas famílias, por meio da oferta de*
1240 *suporte de cuidadores de forma sistemática e da implementação de um plano de desenvolvimento*
1241 *dos usuários, PDU. Recomendar à CIT, proposta da Comissão, de incorporação destes serviços na*
1242 *descrição dos serviços na proteção social básica. Serviços de proteção integral à família PAIF,*
1243 *texto original. 3. Informes da SNAS sobre o questionário do levantamento nacional sobre*
1244 *benefícios eventuais. Helga Cristina Edler, representando o Departamento de Benefícios*
1245 *Assistenciais – SNAS/MDS, informou que o questionário para o levantamento nacional sobre os*
1246 *benefícios eventuais foram apresentados à CIT e será lançado no site do MDS no próximo dia 21*
1247 *de agosto. A SNAS enviou ofício ao CONGEMAS e ao FONSEAS, que já iniciaram a divulgação da*
1248 *pesquisa e seus respectivos sites, fazendo um chamamento dos gestores da assistência social para o*
1249 *preenchimento do questionário. Encaminhamento: o CNAS enviará ofício circular aos conselhos,*
1250 *anunciando a realização do levantamento nacional sobre os benefícios eventuais pelo MDS e*
1251 *solicitará que os Conselhos discutam o questionário e acompanhem o preenchimento dos mesmos*
1252 *pelo órgão gestor. Incluir no site do CNAS um comunicado com a data do início do levantamento*
1253 *nacional sobre os benefícios eventuais, e enfatizar a importância dos Conselhos acompanharem o*
1254 *preenchimento do formulário pelos gestores. 4... Nacional, intersetorial, do SINASE. A Conselheira*
1255 *Heloísa Mesquita, representante suplente do CNAS na Comissão Nacional Intersetorial da*
1256 *SINASE, fez os seguintes informes da reunião realizada no dia 10/08: redução da maioria*
1257 *penal, acompanhamento legislativo do artigo do PL 1.627, que agora é o PL 134 de 2009, que*
1258 *tramita no Senado, na Comissão de Assuntos Sociais, sobre a relatoria de Marisa Serrano.*
1259 *Questões pertinentes: redução da maioria. Previdência, PL 118, aumento do tempo das*

1260 *medidas de internação. Foi feita uma publicação disponível no site de uma comunidade,*
1261 *esclarecendo o porquê dizer não à redução da maioria penal. Têm sido realizados diversos atos*
1262 *contra a maioria penal, como o da Associação Brasileira do Ministério Público – ABMP.*
1263 *Apresentação do índice de homicídios na adolescência, que foi desenvolvido em conjunto pelo*
1264 *Governo Federal, Unicef e observatório de favelas, com objetivo de medir o impacto da violência*
1265 *nos adolescentes entre 12 e 18 anos. Esta pesquisa teve grande repercussão na mídia, e encontra-*
1266 *se disponível no site do CONANDA. Realização das reuniões sobre a agenda nacional com a*
1267 *comissão intersetorial, MTE/SEPPPIR. Realização de Conferência livre com os adolescentes em*
1268 *cumprimento de medida de internação, no âmbito da primeira COSEG Goiás, Pará, Paraná, Mato*
1269 *Grosso do Sul e Bahia. Experiência relevantes foram registradas, sendo algumas com a atuação*
1270 *fora das unidades. Apareceram denúncias de maus tratos por parte da polícia nas apreensões. O*
1271 *MDS articulará agenda de reunião com o FONSEAS, e com o Fórum Nacional da Criança e do*
1272 *Adolescente, da Secretaria de Direitos Humanos. A partir do senso CREAS apresentado na CIT,*
1273 *pactou-se proposta de monitoramento por meio de Resolução. Contou-se com que 68 municípios*
1274 *não estão executando o recurso, mas em uma avaliação mais detalhada verificou-se que por*
1275 *questões de interpretação, concluiu-se que trinta municípios não estão executando. O*
1276 *FONACRIAD aponta que para a necessidade de fluxo de informação sobre o estado, uma vez que*
1277 *temos municípios que aderiram e estão recebendo recursos do próprio estado por meio de*
1278 *convênios. Os municípios que estão fora dos critérios, de 50000 habitantes, e possui demanda, o*
1279 *juiz encaminha ao CRAS quando não tem CREAS. O FONACRIAD propõe, no conjunto dos*
1280 *municípios menores de sair do recorte populacional e passar ao índice de violência. Alguns*
1281 *municípios colocam o recurso federal do MDS como contrapartida para o convenio estadual e não*
1282 *colocam o recurso próprio. Indicativo da próxima reunião do CNI-SINASE, para 14 de setembro,*
1283 *às 14 horas. Encaminhamento: a Comissão Nacional Intersetorial sugere para avaliação da*
1284 *Plenária que o CNAS prepare, enfim, uma nota de repúdio contra a maioria penal para os*
1285 *Conselhos Estaduais de Assistência Social, solicitando que os membros colem assinatura durante*
1286 *as suas conferências estaduais, a exemplo do que vem sendo feito com o PL SUAS. Que o mesmo*
1287 *procedimento seja adotado pelo CNAS durante a VII Conferência Nacional de Assistência Social.*
1288 *5. Benefício de Prestação Continuada – BPC, e encaminhamentos da Comissão de Financiamento.*
1289 **Encaminhamento:** *este termo será pautado na Comissão de Política, após a realização da VII*
1290 *Conferência Nacional de Assistência Social. 6. Proposta de reunião do CNAS com o CEAS.*
1291 **Encaminhamento:** *a ser submetido à apreciação da presidência ampliada. E já tenho dito. Eu*
1292 *acredito que o texto fique ainda! Desculpem-me a falha. 7. Assinatura de apoio ao PL SUAS. O*
1293 *Coordenador Frederico lembra a meta estipulada pelo CNAS, para a coleta de cem mil*
1294 *assinaturas, e o esforço do CNAS para a coleta de assinaturas nas conferências de assistência*
1295 *social. Como contribuição, ele trouxe ao CNAS 605 assinaturas de apoio ao PL SUAS, colocado*
1296 *com a caravana SUS em Pernambuco. Encaminhamento:* *o CNAS atualizará o balanço do número*
1297 *de assinaturas coletadas até o momento em função da realização das conferências municipais de*
1298 *Assistência Social, e disponibilizará no site do CNAS a atualização do número total de assinaturas.*
1299 *O CNAS avalia a possibilidade de disponibilizar no site do CNAS, além do total de assinaturas, o*
1300 *documento com a digitalização das planilhas de assinatura, como forma de incentivar e fomentar a*
1301 *coleta de mais assinaturas de apoio ao PL SUAS. 8. Informe da Comissão Nacional intersetorial de*
1302 *acompanhamento do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. A Conselheira*
1303 *Renata, representante titular do CNAS na Comissão, fez os seguintes informes sobre os*
1304 *encaminhamentos da referida Comissão. Revisão do Plano Nacional por meio de uma consultoria*
1305 *contratada na Unicamp, preparação do relatório de 2008 referente as atividades de cada*
1306 *Ministério, e Conselhos envolvidos com o acompanhamento do Plano. A Comissão Intersetorial*

1307 *avaliará as contribuições enviadas pela Comissão de Políticas, e a minuta da resolução conjunta*
1308 *CNAS e CONANDA, sobre orientações e parâmetros para a criação das Comissões Intersetoriais*
1309 *de acompanhamento do Plano. Foi levantada a preocupação da existência de muitos planos, e da*
1310 *necessidade de unificação destes, dentro de uma lógica, para se avançar no debate no âmbito do*
1311 *Município, do Estado, e nacionalmente. É importante que as Conferências estaduais da criança e*
1312 *do adolescente dêem uma direção para que os planos possam se dialogar entre si nas questões*
1313 *específicas, bem como avaliar se o plano decenal dá conta, caso contrário faz-se necessário*
1314 *regulamentações adicionais. Por isto que a revisão do plano neste momento está fora de conceito.*
1315 *A Conselheira Renata levará estas considerações à Comissão. 9. Definições de pontos de pautas*
1316 *para a reunião de setembro. A Comissão de Política dará continuidade à discussão da tipificação*
1317 *dos serviços sócio-assistenciais, considerando que as propostas do CNAS deverão ser pautadas na*
1318 *CIT, até novembro, e divulgadas nacionalmente durante a VII Conferência Nacional de Assistência*
1319 *Social”. O Conselheiro José Crus informou que o documento anexo era a sistematização das*
1320 *contribuições que chegaram ao processo de consulta pública, para o documento da tipificação dos*
1321 *serviços assistenciais, não sendo uma proposta da CIT, mas sim contribuições para o debate tanto na*
1322 *CIT quanto no Conselho Nacional. Solicitou a todos que haviam participado do debate que*
1323 *contribuissem, citando a frase “a inserção produtiva na assistência social teve como estratégia ser*
1324 *articulado como serviço continuado da política de trabalho” correndo para “a inclusão produtiva*
1325 *na assistência social deve ser compreendida como estratégia de fortalecimento de vínculo familiar*
1326 *e comunitário”, o que se repetia também na página 4 nessa primeira proposta da Comissão. O*
1327 *Conselheiro Frederico propôs ouvir a degravação e trazer essa memória em outro momento. O*
1328 *Conselheiro Crus manifestou ter sido rico o debate, encontrando importante se ter essa degravação,*
1329 *tendo que se encaminhar oficialmente todas essas contribuições que haviam sido discutidas na*
1330 *Comissão, aos serviços da Proteção Social Básica. A Conselheira Simone informou que a Comissão*
1331 *de Política havia achado por bem fazer recomendações para a CIT, com a importância da tipificação*
1332 *tendo mais significado se fosse pactuado entre os gestores, que iriam implantar esses serviços.*
1333 *Destacou que a Comissão de Política havia feito uma discussão importante de que houvesse uma*
1334 *recomendação de que os serviços e suas tipificações fossem feitos do ponto de vista do direito dos*
1335 *usuários, citando o funcionamento dos CRAS, que deveria funcionar em horário integral, inclusive*
1336 *à noite, conforme a necessidade do território e a necessidade do usuário. Colocou outra questão,*
1337 *nessa discussão da inclusão produtiva, que ela fosse incluída no serviço de proteção e atenção*
1338 *integral às famílias como uma competência do PAIF e não como um serviço específico continuado.*
1339 *Destacou que outra questão importante e que não estava no relato era a recomendação que se*
1340 *regulasse o prontuário do serviço com a seguinte definição como recomendação do Conselho*
1341 *Nacional, que “o prontuário é um instrumento do serviço, de utilização de todos os trabalhadores,*
1342 *cujas informações são direito do usuário”. Relatou que havia sido feito um debate sobre o tema*
1343 *“assistência social é educação?” ou “educação é assistência social?”, deixando degravado para*
1344 *encaminhar ao autor o posicionamento do Conselho Nacional. Destacou outras recomendações que*
1345 *havam sido encaminhadas para a CIT, que não tinha que ter serviço de convivência de zero a seis,*
1346 *com a Comissão discutindo e recomendando a existência de serviços para todas as faixas etárias,*
1347 *com o papel da assistência social não sendo de complementar a educação, mas de apoiar e*
1348 *complementar o caráter protetivo das famílias. Outra questão importante era que o Estatuto da*
1349 *Criança colocava a idade que o direito à criança e o adolescente tinham, o que se considera criança*
1350 *e adolescente. Manifestou que outro item primordial era a discussão que o Conselheiro José Crus já*
1351 *havia falado, do serviço chamado de suporte domiciliar, cuidado no domicílio para pessoas*
1352 *deficientes e idosas, relatando as contribuições referidas e que haviam recomendado que esse*
1353 *serviço estivesse na básica e que não se discutisse o profissional do serviço, mas muito mais a*

1354 função do serviço e suas equipes. Observou que dos dois serviços colocados como proposta havia
1355 retirado o Serviço de Enfrentamento à Pobreza e Projeto de Inclusão Produtiva e incorporado o
1356 Serviço de Apoio à Autonomia e Convivência Familiar e Comunitária, que tinha a ver com o
1357 cuidado da pessoa com deficiência. A Conselheira Simone informou que essas recomendações
1358 seriam levadas para a CIT, tendo se comprometido com o coordenador, Conselheiro Frederico, que
1359 seriam apuradas para facilitar o debate no Conselho Nacional. O Conselheiro Sérgio observou que o
1360 debate era melhor entendido na degravação do que no momento da discussão, destacando a
1361 qualidade do trabalho. O Conselheiro Charles esclareceu que no ponto quatro, quando dizia
1362 Associação Brasileira do Ministério Público, era a Associação Brasileira dos Magistrados e
1363 Promotores da Infância e da Juventude; na penúltima linha da página cinco, onde dizia contra a
1364 “*maioridade penal*”, era “*contra a redução da idade penal*”; que na questão do Fonacriad, dizia
1365 Fórum Nacional da Criança e do Adolescente, sendo Fórum Nacional dos Responsáveis Estaduais
1366 pela execução das medidas sócio-educativas. O Conselheiro Clodoaldo sugeriu esclarecimentos
1367 sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, no terceiro parágrafo, que dizia “*em*
1368 *nosso entendimento cabe à assistência social trabalhar com famílias visando o fortalecimento da*
1369 *sua função protetiva e não o atendimento direto às crianças*”, sendo que nas propostas da Comissão
1370 parecia deixar claro como “*a assistência social pode utilizar o esporte, a arte e o lazer como*
1371 *estratégia de fortalecimento de vínculos familiares*”, parecendo contraditório, solicitando que
1372 ficasse mais claro se ela poderia ou não desenvolver trabalho com crianças e, caso positivo, de que
1373 maneira. O Conselheiro Renato de Paula esclareceu que Fonacriad era Fórum Nacional de
1374 Dirigentes Governamentais de Entidades Executoras da Política de Promoção e Defesa dos Direitos
1375 da Criança e do Adolescente. A Conselheira Simone informou ter sido discutido que havia o
1376 atendimento feito às crianças pequenas e suas famílias, significando que havia locais de
1377 atendimento, que poderia ser em um local específico, em vários outros lugares, como também no
1378 próprio domicílio, que se utilizava a estratégia de fortalecimento de vínculos familiares com a
1379 criança e sua mãe usando como metodologia e instrumento a questão da brincadeira e do brincar.
1380 Observou que haviam discutido essa importância, com a Assistência Social tendo um papel devendo
1381 atender as famílias com crianças pequenas, observando haver diferenças nas famílias com crianças e
1382 aquelas com jovens, e que seriam atendidas de forma diferente, assim como aquelas que tinham
1383 idosos, questão que havia sido discutida. Destacou que quando havia sido registrada a discussão da
1384 arte, do esporte e do lúdico, a Comissão havia debatido a importância da Assistência Social utilizar
1385 a arte, o esporte e o lazer como estratégias para o fortalecimento familiar e comunitário. A
1386 Conselheira Renata esclareceu, com respeito ao item da Comissão Intersetorial, que havia relatado,
1387 que a Unicamp estava vindo com uma consultoria para avaliação e como estava sendo a
1388 implementação do Plano, não sendo para revisão. A Conselheira Marisa, complementando o que
1389 havia sido colocado com relação aos vínculos familiares e comunitários de idosos, observou que
1390 havia que se pensar também nas pessoas com deficiência e que se tornavam idosos, com as
1391 especificidades de cada deficiência tendo que ser levadas em consideração, o que havia sido
1392 conversado no GT. A Conselheira Dolores solicitou mais cuidado na hora de mencionar o serviço
1393 da criança de zero a seis porque era uma luta muito intensa nas Conferências de Educação, sendo
1394 solicitado que os assistentes sociais ficassem atentos para exigir naquelas comunidades a criação e
1395 instalação de creches definidas de zero a três anos e educação infantil de zero a cinco, não se
1396 aceitando que criança de seis anos estivesse fora da escola. Que havia que se ter cuidado nesse
1397 sentido para não se voltar atrás em uma grande conquista na obrigatoriedade da educação atender a
1398 criança de zero a três em tempo integral, com a falta nas comunidades das periferias e de risco
1399 sendo justamente no sábado e no domingo, solicitando à Assistência Social que encarasse esse outro
1400 lado da nova realidade. A senhora Presidente observou que a Secretária-Executiva gostaria de fazer

1401 alguns pedidos de esclarecimento, que indagou se a degravação com o material relativo à discussão
1402 da tipificação na Comissão de Política, seria encaminhada na íntegra para todos os Conselheiros
1403 Nacionais, à CIT e à SNAS assim como a degravação da Plenária, que havia complementado essa
1404 discussão, o que foi confirmado. A Conselheira Simone esclareceu não ter havido nenhuma
1405 discordância da discussão na CIT com o CNAS, com o Conselho tendo dado mais mais ênfase ao
1406 direito dos usuários, o que era normal e encontrava bastante correto. A senhora Presidente
1407 manifestou que, com todas as observações feitas, estava aprovado o relatório da Comissão de
1408 Política. Prosseguindo, passou ao item. Relato da Comissão de Normas, pela Conselheira Edna:
1409 “*Memória da Reunião Ordinária da Comissão de Normas. Realizada em 11 de agosto de 2009, das*
1410 *9h às 12h, na sala 108, CNAS. Conselheiros titulares ou na titularidade presentes: Carlos Eduardo*
1411 *Ferrari; Edna Aparecida Alegro; Maria Dolores da Cunha Pinto; Mizael Conrado de Oliveira;*
1412 *Rosa Mary Oliveira. Conselheiro suplente presente: Clodoaldo de Lima Leite. Ausência justificada*
1413 *do Conselheiro titular: Renato Francisco dos Santos Paula. Ausência justificada dos Conselheiros*
1414 *suplentes: Fátima Aparecida Rampin; Josenir Teixeira. Ausência dos Conselheiros suplentes:*
1415 *Antônio Celso Pasquini; Mauro César Nogueira do Nascimento; Maurício Sarda Faria. Convidado*
1416 *CONJUR/MDS ; Douglas Locateli. Apoio: Ariane de Almeida Rodrigues; Christianne Camargo*
1417 *Menezes; Cláudia Sabóia; Dialuana Larissa Loup. Realizada a conferência do quorum e*
1418 *constatado haver número suficiente de Conselheiros, deu-se o início à reunião. 1º assunto:*
1419 *Informes/Secretaria Executiva. 1.1. Informações a respeito do novo procedimento relativo à*
1420 *manifestação de importação: todos os processo de importação e de manifestação sobre*
1421 *importação, foram arquivados, tendo sido encaminhados ofícios informando essa situação às*
1422 *entidades e orientando sobre os novos procedimentos a serem seguidos, conforme foi falado na*
1423 *reunião passada - que está no site do conselho, com todas as informações sobre as manifestações*
1424 *de importação, da importação de bens de forma onerosa, ou por doação, e está inclusive lá a*
1425 *informação oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, que traz os procedimentos que*
1426 *devem ser adotadas pelas entidades interessadas. Todos os processos foram arquivados e a*
1427 *situação devidamente registrada no SICNAS, isto ainda do primeiro item. 1.2. Processos de*
1428 *renovação e reconsideração do pedido de renovação do Certificado anteriores à MP 446/2008 que*
1429 *não foram publicados – não tiveram a publicação dos efeitos. Situação atual: - são 111 processos*
1430 *com despachos já realizados, e prontos para publicação.- 38 despachos de conversão do assunto –*
1431 *de renovação para pedido de concessão, porque em alguns processos observou-se que era pedida a*
1432 *renovação, mas a entidade nunca fez pedido de concessão, nunca teve um certificado inicial, ou*
1433 *então despacho de arquivamento do processo. Então estes trinta e oito não estão relacionados com*
1434 *as conseqüências da Medida Provisória. - 70 despachos para serem localizados e receberem os*
1435 *tratamentos adequados conforme os procedimentos já definidos. Lembrando que a publicação será*
1436 *feita de uma vez só, de todos os processos, então após a realização da verificação destes setenta*
1437 *processos é que serão feitas as publicações, incluindo estes 111 que já estão prontos. E a*
1438 *Secretaria tem o prazo até setembro para fazer isto que foi estipulado na última reunião Plenária.*
1439 *1.3. O TCU encaminhou o Ofício nº 2091/2009, com questionamentos sobre a atuação do CNAS*
1440 *após a rejeição da MP 446/2008. A Secretária Executiva está elaborando a resposta, mas há uma*
1441 *questão pendente sobre a revisão do julgamento do processo da FUPAC. Dada a urgência em*
1442 *fornecer essas informações ao TCU, o referido assunto foi incluído no item 3 desta memória. 2.*
1443 *Assunto: Recondução – ou eleição - do Coordenador da Comissão de Normas, de acordo com os*
1444 *parágrafos 8º e 9º do artigo 24 do Regimento Interno. 2.1. Encaminhamento: Foi aprovada a*
1445 *recondução da Conselheira Edna Aparecida Alegro como Coordenadora da Comissão de Normas.*
1446 *2.2. Considerando que o Conselheiro Renato Francisco dos Santos Paula justificou sua ausência*
1447 *para esta reunião, ficamos de consultá-lo sobre o interesse em sua recondução como Coordenador*

1448 Adjunto da Comissão de Normas – na próxima reunião. O professor Edivaldo, o Conselheiro
1449 Edivaldo está questionando, por ser coordenação e coordenação adjunta, do Governo. O que eu
1450 estou esclarecendo é que se não for desta forma, as coordenações e coordenações adjuntas das
1451 Comissões tem que ser desta forma, porque se não muda a paridade da Presidência Ampliada! Ok,
1452 podemos caminhar? Então, quando o coordenador for da sociedade civil, o coordenador adjunto é
1453 da sociedade civil, e quando for do Governo, o coordenador adjunto é do governo. Para manter a
1454 paridade da Presidência Ampliada. 3. ASSUNTO: - Processo nº 71.010.000981/2003-75 da
1455 Fundação Presidente Antônio Carlos – FUPAC. SÍNTESE: O Acórdão TCU nº 2.680/2008 contém
1456 recomendação para re-análise da Resolução CNAS nº 97/2005 que renovou o CEAS da FUPAC. O
1457 ponto discutido foi a definição dos procedimentos que deverão ser adotados neste caso - ou nos
1458 casos correlatos, tendo em vista que a Portaria nº 208/2009 não trata de revisão de julgamento.
1459 ENCAMINHAMENTOS:3.1. Não se aplicam os procedimentos previstos na Portaria GD/MDS nº
1460 208/2009, pois ela não trata de processos em que já houve julgamento. 3.2. Oficiar o Ministro da
1461 Previdência Social, O Ministério da Previdência Social – altere-se, por favor - solicitando cópia
1462 integral do recurso constante daquele Ministério, para que seja juntado ao processo em questão,
1463 tendo em vista a re-análise que será realizada por determinação do TCU. 3.3. Re-analisar o
1464 processo, notificar a entidade abrindo prazo de 15 (quinze) dias para a entidade se manifestar.
1465 3.4.Pautar o processo para julgamento, pautar ou incluir em pauta. 3.5. A Área Técnica deve levar
1466 em conta os argumentos do TCU, reservada a possibilidade de oficiar outros órgãos caso haja
1467 necessidade de pedir esclarecimento sobre algum ponto. 3.6. Foi sorteada a Conselheira Renata
1468 Rodrigues Flores Alves para a relatoria do processo”. A senhora Presidente informou a visita da
1469 Sra. Márcia Gebara, para fazer um relato. A Sra. Márcia relatou sua trajetória de luta pela
1470 Assistência Social e informou sobre a instalação da Frente Parlamentar na Câmara dos Deputados,
1471 com o PL SUAS, o 3077, sendo relatado pelo deputado Raimundo Gomes, com o apoio do CNAS,
1472 discorrendo sobre esse procedimento e a coleta de assinaturas. Informou que após muitos esforços,
1473 o PL SUAS havia sido colocado em prioridade de apreciação para a próxima reunião da Comissão
1474 de Seguridade Social e Família, no dia 19 de agosto, às 9h da manhã. Entregou à senhora Presidente
1475 requerimento para colher assinaturas e levar à presidência, destacando a necessidade de uma
1476 presença significativa na quarta-feira, na Comissão de Seguridade Social e Família, para que
1477 nenhum parlamentar pedisse vistas ao processo, o que impediria sua votação. Destacou que a Frente
1478 Parlamentar vinha trabalhando, procurando separar PL SUAS de PL CEBAS, observando que o
1479 deputado Raimundo vinha fazendo um trabalho no sentido de que o PL CEBAS fosse apreciado
1480 com isonomia, que as entidades de Educação fossem apreciadas no Ministério da Educação, as de
1481 Saúde na Saúde, e as de Assistência Social no CNAS, observando como o procedimento se
1482 realizaria, indicando as Comissões envolvidas no procedimento. Esclareceu que o processo
1483 ocorreria na Comissão de Legislação Participativa, que não era uma Comissão que tinha tradição de
1484 tratar desse assunto, devendo dar esse apoio em dois momentos, um deles sendo no dia seguinte, no
1485 Seminário Internacional. Reiterou a necessidade de que tanto o Ministério quanto o Conselho
1486 fizessem um chamamento geral para que houvesse uma presença muito significativa no dia 19, com
1487 os interessados impedindo algum pedido de vista. Concluindo, informou que o PL 3077, depois da
1488 Comissão de Seguridade, iria à Comissão de Finanças, e Tributação, sendo conclusivo nas
1489 Comissões, e sancionado pelo Presidente. A senhora Presidente observou ser importante o registro
1490 em ata dos deputados que apoiaram essa iniciativa: Raimundo Gomes de Matos; Alcenir Guerra;
1491 Frejat; Ângelo Portela; Manito; José Carlos Vieira; Chico D’Ângelo; Antônio Bulhões; Paulo Paim;
1492 Antônio Carlos Chamariz. José Linhares; Bassuma; Geraldo Resende; Elizeu Padilha. Agradeceu a
1493 presença da Sra. Márcia e reiterou a presença dos Conselheiros no Congresso nacional no dia
1494 seguinte e no dia 19, quarta-feira, às nove horas da manhã. Prosseguindo, registrou que todas as

1495 mudanças que estavam consagradas no PL SUAS haviam sido discutidas nesse Conselho Nacional,
1496 assim como a Resolução 191, que se havia transformado no Decreto 6.308. A Conselheira Maria
1497 Dolores questionou a falta de assinatura do deputado Eduardo Barbosa, com a Sra. Márcia
1498 esclarecendo sobre esse quesito e manifestou a importância do PL SUAS que dizia textualmente
1499 que o condutor da Política Nacional de Assistência Social nesse país era o Ministério do
1500 Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A Conselheira Edna prosseguiu com o relato da
1501 Comissão de Normas: “ASSUNTO: Prazo para manifestação da entidade. SÍNTESE: Discutiu-se
1502 uma definição do prazo para manifestação das entidades em procedimento de revisão de
1503 julgamento, isto porque o processo administrativo determina cinco dias, e nós, discutindo na
1504 Comissão, entendemos dar quinze dias para que as entidades se manifestem sobre as motivações da
1505 revisão, e apresentem provas documentais, se for de seu interesse. 5º ASSUNTO: Parecer CJ/MDS
1506 nº 538/2009. SÍNTESE: Parecer elaborado em resposta à consulta acerca das providências a serem
1507 adotadas pelo CNAS em face de inscrições de entidades nos respectivos Conselhos Municipais de
1508 Assistência Social que estão vencidas. Então, uma das primeiras definições internas na Comissão,
1509 mas que deixamos com encaminhamento, que as questões a serem levadas à Consultoria Jurídica,
1510 previamente discutidas na Comissão de Normas estabelecerão um entendimento da Comissão de
1511 Normas, e este será submetido à consulta da CJ, se for o caso. 5.2. No caso de entidades que estão
1512 sem inscrição no Conselho de Assistência Social, do respectivo município ou do DF ou que
1513 encerraram suas atividades, devem ser adotados os seguintes procedimentos: - acionar o Conselho
1514 Municipal ou Distrital e o Conselho Estadual respectivo para se manifestar sobre o assunto; -
1515 acionar a entidade e seu dirigente, com prazo de 15 dias para manifestação; - se não for localizada
1516 a entidade ou o dirigente, notificar por edital; - o registro e/ou o certificado perderão a validade,
1517 automaticamente, a partir da data da ocorrência do fato (inscrição vencida, cancelada ou
1518 encerramento oficial de atividades). 5.3 Editar resolução recomendando aos Conselhos Municipais
1519 e do DF que verifique, no primeiro trimestre de cada ano, por meio do SICNAS, as entidades de seu
1520 município, buscando identificar eventuais entidades que estejam sem inscrição municipal ou com
1521 as atividades encerradas no exercício anterior, conforme minuta apresentada (Anexo II). 6º.
1522 ASSUNTO: Arquivamento de processos com diligências não cumpridas. No caso de diligência não
1523 cumpridas, o artigo 40 da Lei nº9784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da
1524 Administração Pública Federal, determina seja o processo arquivado, nesses termos: “Art. 40.
1525 Quando dados, atuações ou documentos solicitados ao interessado forem necessários à apreciação
1526 de pedido formulado, o não atendimento no prazo fixado pela Administração para a respectiva
1527 apresentação implicará arquivamento do processo.” Diversamente, o item 5.4 do Manual de
1528 Procedimentos, aprovado pela Resolução CNAS nº 174/2007, e o §5º do art. 32 do Regimento
1529 Interno, aprovado pela Resolução CNAS nº 53/2008, determinam que os processos com diligência
1530 não cumpridas sejam analisados pela área técnica e submetidos a julgamento, consoante se vê do
1531 texto abaixo transcrito: Manual de Procedimentos: 5.4 – Da Análise dos Processos(...). Não
1532 atendida a diligência no prazo legal, será elaborada Nota Técnica pelo indeferimento do pedido, a
1533 ser distribuído e julgado em Plenário. Regimento Interno:Art. 32. (...). §5º. Decorrido o prazo de
1534 diligência o processo será submetido à análise para a elaboração de Parecer Técnico.
1535 ENCAMINHAMENTOS: 1.1. Publicar resolução adequando as Resoluções do CNAS à Lei do
1536 Processo Administrativo para o arquivamento dos processos administrativos com diligências não
1537 cumpridas, conforme minuta a ser apresentada (Anexo III). 1.2 .Identificar todos os processos que
1538 estejam nessa situação e adotar as devidas providências para arquivá-los, devendo constar no
1539 despacho de arquivamento as informações devidas. 7º. ASSUNTO: Revisão da Resolução nº
1540 31/1999. Este trabalho ficou a cargo das Conselheiras Dolores e Edna, que infelizmente não
1541 tiveram condições de se reunir para apreciar e apresentar a proposta. Então este é um item que

1542 vamos apresentar assim que concluímos este trabalho, e se alguém da Comissão de Normas quiser
1543 fazer por nós, nós estamos dispostas a transferir., do oitavo assunto, o nono assunto, décimo, onze,
1544 doze, treze, são processos que tem algum detalhe, alguma coisa. Todos já foram julgados! Tem
1545 alguma inconsistência verificada, ou era pedido de registro e certificado, e o julgamento específico
1546 só foi de uma das situações. Cada um deles foi sorteado entre os componentes da Comissão, para
1547 que cada um destes responsáveis verifiquem a situação real do processo, e tragam para a reunião
1548 para esclarecer todos os componentes, para que possamos dar os devidos encaminhamentos. Então
1549 isto será feito em momento oportuno. Então, do oito ao treze é isto. Será feito por cada um destes
1550 Conselheiros aí, Conselheiro Renato de Paula, Rose, Carlos Eduardo, Mizael, Edna e Dolores.
1551 Assunto 14º. Impedimentos de abordagem – não é “aos conselheiros”, mas sim dos Conselheiros -
1552 por convidados durante a reunião Plenária. Síntese: O GR instituído pela Resolução CNAS
1553 44/2009 recomendou à Comissão de Normas que tratasse do assunto sobre o impedimento de
1554 qualquer abordagem aos Conselheiros durante a reunião Plenária. Verificamos que este assunto
1555 está regulamentado, devidamente regulamentado no Manual de Procedimentos do CNAS,
1556 Resolução CNAS 174/2007, no item 1º, da Composição e Estrutura, Subitem 1.5 – DO Plenário,
1557 que dispõe: “Durante as reuniões os convidados não deverão abordar os conselheiros, devendo, se
1558 necessário, dirigirem-se ao serviço de apoio ao colegiado da Secretaria Executiva. Qualquer
1559 solicitação deverá ser formulada por meio de servidor do CNAS, e dirigida ao Presidente, a fim de
1560 verificar a pertinência e o momento adequado de tratar sobre o assunto.” Este é o texto fiel do
1561 subitem 1.5 da Resolução 174. O Assunto também foi tratado no artigo 3º da Ordem de Serviço
1562 CNAS/SE 1/2005, de seis de maio de 2005, que resolve: “Art. 3º. Estabelecer que os Conselheiros,
1563 a Presidência, e a Secretária Executiva, não poderão ser abordados durante as reuniões plenárias
1564 por convidados. Parágrafo único. Qualquer solicitação deverá ser formulada por meio de servidor
1565 do CNAS e dirigida à coordenação da reunião, a fim de verificar a pertinência e o momento de
1566 tratar o assunto.” Encaminhamento: Reforçar, no relato da Comissão de Normas, em Plenária, o
1567 impedimento de abordagem direta aos Conselheiros, por convidados, durante a reunião Plenária e,
1568 principalmente, durante o julgamento dos processos até para evitar constrangimentos, como
1569 ocorreram. 15º Assunto. Sorteio dos Conselheiros relatores dos processos, para os processos de
1570 registro. Informo a todos que todos têm dois processos de registro sorteados para relatoria, e
1571 alguém tem um a mais! Foram trinta e sete processos. Mais o da FUPAC, que já foi, já tinha sido
1572 sorteado! Que é assunto diferente! Este sorteio foram dos de registro, dos de pedido de registro”. A
1573 senhora Presidente passou à discussão do relato, com o Conselheiro Pasquini referindo-se à questão
1574 antes do item um, sobre a ausência de justificativa do Conselheiro Suplente, esclarecendo ter ficado
1575 retido no aeroporto. Prosseguindo, o Conselheiro Relato Saidel destacou, no ponto Ponto quatro, a
1576 forma como isso se estabeleceria legalmente, indagando se, ao invés de se elaborar uma nova
1577 Resolução estabelecendo um novo instituto jurídico, se não seria interessante que se alterasse o
1578 Regimento Interno. A Conselheira Edna manifestou não haver problema verificando-se onde se
1579 incluiria do Regimento, mas que não se podia confundir o prazo que já constava, de reconsideração
1580 e de cumprimento de diligência. O Conselheiro Renato Saidel complementou que uma questão era o
1581 prazo e outra era o rito da revisão do julgamento, precisando se debruçar sobre o tema e estabelecer
1582 outras condições. Discordando de se criar outro procedimento, a Conselheira Edna ponderou que a
1583 Administração Pública tinha a obrigação de rever seus atos, existindo uma lei do processo
1584 administrativo que determinava isso. Ressaltou que o que haviam feito era ampliar para quinze dias
1585 o prazo para a manifestação da entidade, que essa lei dava cinco dias. Após mais algumas
1586 colocações, a senhora Presidente indicou o **encaminhamento**: Se essa alteração seria incluída no
1587 Regimento ou se ficaria na Resolução. Após votação pelos Conselheiros presentes, a senhora
1588 Presidente informou ter vencido a proposta de inclusão na Resolução, com absteção dos

1589 Conselheiros Mizael, Ferrari e José Geraldo. A Conselheira Edna procedeu à leitura da Resolução a
1590 ser incluída no Regimento. “O CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS no
1591 uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XIV art. 18 da Lei n.º 8.742, de 07 de
1592 dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Considerando os princípios e
1593 garantias de ampla defesa e contraditório no processo administrativo, previstos no inciso 55 do
1594 artigo 5º da Constituição Federal, e no caput do artigo segundo da lei 9.784, de 29 de janeiro de
1595 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, Resolve:
1596 Incluir, - por favor, já vá fazendo aí, por favor – incluir no Regimento Interno artigo – depois
1597 agente vê o número dele, por favor - com a seguinte redação: “art. 1º. Nos processos de revisão, a
1598 entidade interessada terá o prazo de quinze dias contados da data da notificação, para sua
1599 manifestação e/ou produção de provas.” “art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua
1600 publicação.” A senhora Presidente solicitou à Secretária-Executiva que procedesse à votação
1601 nominal: Conselheiro Carlos Ferrari? “Eu voto pela inclusão”. Conselheiro Renato Saidel? “Pela
1602 inclusão”. Conselheira Margareth? “Pela inclusão”. Conselheiro Geraldo? “Pela inclusão”.
1603 Conselheira Edna? “Pela inclusão”. Conselheira Simone? “Pela inclusão”. Conselheiro Mizael?
1604 “Voto pela inclusão”. Conselheiro Charles? “Pela inclusão”. Conselheiro Frederico? “Pela
1605 inclusão”. Conselheira Heloísa? “Pela inclusão”. Conselheira Dolores? “Pela inclusão”. Conselheiro
1606 Renato de Paula? “Apesar da minha ausência momentânea, mas como eu sei do assunto, voto pela
1607 inclusão”. Conselheira Renata? “Pela inclusão”. Conselheira Márcia? “Pela inclusão”. Conselheiro
1608 José Geraldo? “Eu me abstenho”. Conselheiro Pasquino? “Pela inclusão”. Após a votação a senhora
1609 Presidente computou quinze votos favoráveis e uma abstenção. Continuando, a senhora Presidente
1610 passou aos pontos cinco, seis e sete, com a Conselheira Edna informando ter uma Resolução no
1611 cinco, anexo II, que teria que ser votada:”O CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL –
1612 CNAS no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XIV art. 18 da Lei n.º 8.742, de 07
1613 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Considerando a relevância da
1614 troca de informações entre o CNAS e os Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do
1615 Distrito Federal para o exercício do controle social, e considerando que o efetivamente
1616 funcionamento da entidade, bem com a sua inscrição no respectivo conselho municipal de
1617 assistência social, ou no conselho de Assistência Social do Distrito Federal são requisitos para a
1618 concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social conforme previsto no
1619 artigo 9º § 3º da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e no inciso I do artigo 3º do Decreto nº
1620 2.536, de 6 de abril de 1998: Resolve. Art. 1º. Recomendar aos Conselhos Estaduais e Municipais
1621 de Assistência Social e ao Conselho de Assistência Social do Distrito Federal que verifiquem, no
1622 primeiro trimestre de cada ano, por meio do Sistema de Informação do Conselho Nacional de
1623 Assistência Social – SICNAS e/ou da lista contida no sítio do CNAS, as entidades e organizações de
1624 assistência social de seu âmbito territorial, buscando identificar aquelas que estejam sem inscrição
1625 estadual, municipal ou distrital, conforme o caso, ou cujas atividades tenham sido encerradas no
1626 exercício anterior. Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Márcia Maria
1627 Biondi Pinheiro, Presidente do CNAS.” A Secretária-Executiva solicitou esclarecimentos se a
1628 intenção era fazer um acompanhamento das inscrições, sendo possível retirar relatórios de mais de
1629 cem entidades no SICNAS, observando que a relação das entidades também deveria estar
1630 disponível no site, certificadas por unidade da federação. A Conselheira Edna acrescentou “através
1631 do SICNAS..” e, “conforme lista disponível no site do CNAS, de entidades certificadas por unidade
1632 da federação”, sugerida pela Secretária-Executiva. O Conselheiro Clodoaldo perguntou se na
1633 consideração, no segundo ponto, considerando o efetivo funcionamento da entidade, se deveria
1634 qualificar qual entidade e organizações beneficentes de Assistência Social, com a Conselheira Edna
1635 esclarecendo ser para ter o certificado para ser registrado no Conselho. Após mais algumas

1636 considerações, o Conselheiro Renato Saidel manifestou sua preocupação com a redação dessa
1637 minuta, indagando o que seria feito com o levantamento, entendendo ser informado ao CNAS para
1638 que ele fizesse a verificação junto ao certificado de entidade beneficente dessa entidade. A
1639 Conselheira Edna ponderou se que se poderia incluir outro artigo, identificando aquelas entidades
1640 que encerravam suas atividades e não renovavam o certificado, com o Conselho constatando
1641 alguma divergência. Solicitou a colaboração do Conselheiro Relato para redação do artigo segundo,
1642 com a Conselheira Dolores indagando se seria uma postura pró-ativa do Conselho, inclusive para
1643 evitar que na hora do protocolo mandasse para o Regulamento alguma entidade indevidamente, com
1644 o próprio protocolo podendo verificar. O Conselheiro Edval solicitou esclarecimentos, entendendo
1645 que a Resolução, não tinha nenhuma novidade, sendo atribuição dos Conselhos Municipais zelarem
1646 pela inscrição e fiscalização das entidades. Que não sabia qual era a razão para que os Conselhos
1647 procurassem identificar as entidades que não estivessem inscritas no CNAS, pois a inscrição era um
1648 ato deliberado da instituição e a certificação tinha como requisito a sua inscrição no Conselho
1649 Municipal, sem o quê o processo estaria falho. Manifestou que era preciso corrigir esse processo,
1650 verificando-se a eficácia dessa Resolução e que no seu entendimento normatizaria sobre o que já
1651 estava normatizado, já era competência do CNAS e já era requisito do processo de certificação, não
1652 entendendo seu sentido. A Conselheira Maria Dolores comentou que havia denúncias sobre
1653 algumas entidades, com essa questão começando com recomendação e lembrando, embora
1654 estivesse em uma Resolução, que era obrigatória a inscrição no CNAS e a comunicação do
1655 encerramento de suas atividades. Que essa normatização visava despertar no Conselho Municipal o
1656 exercício do controle social a nível local e aumentar as interfaces entre o Conselho Nacional e o
1657 Conselho Municipal. Solicitou ao Conselho que caso analisasse essas justificativas reais, que se
1658 fizesse uma revisão dentro de dez meses e, caso não fosse necessária, seria revogada. O Conselheiro
1659 Geraldo manifestou sua concordância com a Conselheira Dolores, acrescentando que essa
1660 Resolução deveria ser pensada e trabalhada mais, ressaltando que não seria nesse Fórum, para não
1661 se gastar tempo em Plenária. O Conselheiro Edval comentou não entender, primeiro, porque uma
1662 Resolução exigia dos Conselhos Municipais dizer que entidades não estavam inscritas; e, segundo,
1663 não lhe parecia razoável que uma entidade que tivesse o CEBAS não tivesse registro no Conselho
1664 Municipal. Discorreu sobre sua experiência nesses fóruns, encontrando inútil normatizar sobre
1665 matéria que já era regra no CNAS. A Conselheira Edna, observou haver um parecer da Consultoria
1666 sobre o assunto, com a proposta para se verificar entidades que estariam registradas, mas que não
1667 tivessem essa inscrição válida no seu município. O Conselheiro Clodoaldo manifestou que lhe
1668 preocupava o artigo segundo, não encontrando necessidade de que os documentos da entidade
1669 fossem encaminhados ao CNAS, bastando reiterar o cumprimento dessa função do Conselho,
1670 podendo verificar pelo SICNAS e pelo site. A Conselheira Edna observou a necessidade de se ter a
1671 informação e não a documentação. O Conselheiro João Carlos indagou ao Conselheiro Edval sobre
1672 sua colocação de que a entidade, mesmo sem certificado ou registro, poderia prestar Assistência
1673 Social, que discorreu sobre a questão e as diferenças existentes com as áreas da Saúde e Educação,
1674 havendo um componente na cultura brasileira que o trabalho de beneficência era em si de utilidade
1675 pública. A senhora Presidente observou serem temas que estariam sempre em discussão, fazendo o
1676 **encaminhamento** da proposta de que ao invés de se fazer uma Resolução, fazer uma
1677 recomendação, com a proposta de redação do Conselheiro Renato Saidel para o artigo segundo:
1678 *Artigo 2º. O Conselho Municipal de Assistência Social e o Conselho de Assistência Social do*
1679 *Distrito Federal, ao identificar entidades e/ou organizações de assistência social que se enquadrem*
1680 *no artigo anterior, deverá informar ao CNAS”. O Conselheiro Edval sugeriu colocar “cabera aos*
1681 *conselhos informar”, precisando contemplar o Conselho Estadual para os casos dos municípios que*
1682 *não tinham CNAS. A senhora Presidente solicitou a construção dessa redação, ficando aprovada a*

1683 Resolução com essa recomendação. A Secretária-Executiva procedeu à justificativa da ausência do
1684 Conselheiro Renato de Paula e da Conselheira Dolores, que haviam se retirado, com o Conselheiro
1685 Samuel, passando à titularidade. Na sequência, a senhora Presidente solicitou à Conselheira Edna a
1686 leitura da resolução constante no item sexto: “*O Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS,*
1687 *no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso 14 do artigo 18 da lei 8.742, de sete de*
1688 *dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social LOAS. CONSIDERANDO o disposto no*
1689 *artigo 40 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no*
1690 *âmbito da Administração Pública Federal, o qual determina o arquivamento do processo, em caso*
1691 *de não atendimento de diligência no prazo fixado pela Administração e; CONSIDERANDO o*
1692 *princípio da eficiência da Administração Pública, previsto no caput do artigo 37 da Constituição*
1693 *Federal. RESOLVE: Art. 1º. Arquivar todos os processos administrativos com diligências não*
1694 *cumpridas pelas respectivas entidades no prazo estipulado pelo CNAS. Art. 2º. Revogar o 4º*
1695 *parágrafo do item 5.4 do Manual de Procedimentos, aprovado pela Resolução CNAS nº 174, de 20*
1696 *de setembro de 2007, e o Parágrafo Quinto do artigo 32 do Regimento Interno, aprovado pela*
1697 *Resolução CNAS nº 53, de trinta e um de julho de 2008. Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na*
1698 *data de sua publicação. MÁRCIA MARIA BIONDI PINHEIRO. Presidente do Conselho Nacional*
1699 *de Assistência Social”.* O Conselheiro Renato Saidel referiu-se ao Regimento Interno, parágrafo
1700 quinto do artigo 32, que não poderia ser suprimido, e que voltaria a se referir à sua fala da primeira
1701 minuta, de que essa Resolução teria que alterar o Regimento Interno para incluir o parágrafo sexto,
1702 que era determinar o arquivamento do processo caso a diligência não fosse cumprida. Esclareceu
1703 que se manteria o artigo primeiro, e o segundo passaria a ser: “*incluir o parágrafo sexto no artigo*
1704 *trinta e dois do Regimento Interno, aprovado pela Resolução CNAS 53 de 31 de julho de 2008, com*
1705 *a seguinte redação: ‘Art. 32§ 6º Decorrido o prazo de diligência sem cumprimento pela*
1706 *entidade, o processo será arquivado’.*”. A senhora Presidente, perguntando se todos estavam
1707 esclarecidos sobre a questão, indagou se concordavam com o encaminhamento da Comissão de
1708 Normas, de alterar o Regimento nesse aspecto, passando à chamada de voto qualificado para
1709 alteração de regimento pela Secretária-Executiva, que informou que no momento havia 17
1710 Conselheiros em condição de votar, na titularidade, com a chegada da Conselheira Rose e do
1711 Conselheiro José Crus, que não se encontravam presentes na chamada da votação anterior, e a
1712 ausência justificada do Renato de Paula, procedendo à votação: Conselheiro Carlos Eduardo
1713 Ferrari? “Voto pela inclusão do Parágrafo.”; Conselheiro Renato Saidel? “Pela inclusão”.
1714 Conselheira Margareth? “Pela inclusão”. Conselheira Rose? “Pela inclusão”. Conselheiro Geraldo?
1715 “Pela inclusão”.; Conselheira Edna? “Pela inclusão”. Conselheira Simone? “Pela inclusão”.
1716 Conselheiro Mizael? “Pela inclusão”. Conselheiro Charles? “Abstenção.” Conselheiro Frederico?
1717 “Pela inclusão”. Conselheira Heloísa? “Pela inclusão”. Conselheiro Samuel? “Pela inclusão”.
1718 Conselheira Renata? “Pela inclusão”. Conselheiro José Crus? “Pela inclusão”. Conselheira Márcia?
1719 “Pela inclusão”. Conselheiro Pasquini? “Pela inclusão”. Conselheiro José Geraldo? “Pela inclusão”.
1720 Após a votação, procedeu ao cômputo dos votos, indicando 16 votos pela inclusão e uma abstenção.
1721 Prosseguindo, a Conselheira Edna informou que os itens oito a treze seriam tratados, passando à
1722 discussão sobre o item catorze, havendo um destaque da Conselheira Margareth que colocou sua
1723 preocupação com a fato de os convidados não deverem abordar os Conselheiros para, por exemplo,
1724 solicitar notícias de algum processo, devendo se separar por estar muito solto, sentindo-se
1725 engessada da forma como estava colocado. O Conselheiro Renato Saidel observou estar previsto no
1726 manual de procedimentos, apenas sendo transcrito esse texto. Prosseguindo, fez a proposta de
1727 **encaminhamento:** que a Comissão de Legislação e Normas se debruçasse sobre o assunto e fizesse
1728 uma proposta de alteração desses textos legais, para que contemplasse a preocupação da
1729 Conselheira Margareth. A Conselheira Edna observou ser regra estabelecida pelo Conselho e

1730 entendimento da Comissão de Normas, sendo registrado principalmente durante o julgamento de
1731 processos, para não causar tumultos, não sendo proibida a conversa em outros locais, mas sim na
1732 Plenária, havendo critério para que a palavra pudesse ser concedida. O Conselheiro Clodoaldo
1733 concordou com as colocações da Conselheira Margareth, devendo se deixar explícitas essas
1734 diferenças, explanando sobre as situações observadas nos Conselhos, onde a manifestação era
1735 permitida. Ressaltou não ver tumulto com respeito ao debate com conferencistas, devendo se seguir
1736 o bom senso. A Conselheira Edna colocou que o Regimento Interno indicava que era facultada a
1737 palavra para qualquer pessoa que estivesse presente, como convidados. A senhora Presidente
1738 observou que anteriormente somente os Conselheiros falavam, o que havia sido alterado, com a
1739 Conselheira Edna relatando o parágrafo único do artigo 13 do Regimento Interno: “*Durante as*
1740 *sessões Plenárias é facultado ao colegiado conceder a palavra ao público em geral, exceto no caso*
1741 *de julgamento de processos administrativos*”. A senhora Presidente esclareceu que a proposta havia
1742 sido em relação à questão de julgamentos e da abordagem que advogados e outras pessoas faziam
1743 aos Conselheiros durante o processo de julgamento, sendo diferente do debate, da palavra livre,
1744 com a Conselheira Edna observando que já existia a regulamentação, tratando-se apenas de uma
1745 informação. A Conselheira Edna lembrou sua solicitação de fazer uma apresentação sobre a questão
1746 da gripe suína, informando ser um material produzido pela Universidade Federal do Paraná, bem
1747 didático e que trazia as diferenças entre os tipos de gripe, procedendo à sua leitura, por solicitação
1748 do Pleno. O Conselheiro Clodoaldo, ressaltando a excelência da apresentação, destacou que deveria
1749 estar disponível no site do CNAS. Dando continuidade ao item **relato da Presidência Ampliada**, a
1750 senhora Presidente procedeu à leitura do ponto três: **3. Manifesto de Repúdio aos Conselheiros**
1751 **suplentes: A Presidência Ampliada acredita que o manifesto de repúdio aos Conselheiros Suplentes**
1752 **datada de 15 de julho de 2009 tenha sido equivocadamente dirigida à Presidência do CNAS, tendo**
1753 **em vista que todos os Conselheiros titulares foram responsáveis por essa atitude. Reconhece que**
1754 **houve um equívoco, assume a responsabilidade pelo ocorrido e se compromete a tomar**
1755 **providências para que o fato não volte a se repetir. Participaram dessa reunião: Márcia;**
1756 **Margareth; José Geraldo França; Frederico; Edna; Carlos Ferrari. Apoio: Cláudia; Jamile;**
1757 **Silvanir. “A Presidência Ampliada, ao discutir os 109 dias que nos aproximam da Conferência e**
1758 **não que nos separam, propõe aos Conselheiros colocar em prioridade alguns. Estou esclarecendo**
1759 **para que se saiba que os outros assuntos serão discutidos oportunamente. Mas não é possível a**
1760 **gente chegar à Conferência Nacional sem aprofundar a discussão da tipificação dos sérvios sócio-**
1761 **assistenciais, a inscrição de entidades beneficentes de assistência social nos Conselhos de**
1762 **Assistência Social e propõe uma alteração no GT de Composição. A Presidente, inclusive, passa a**
1763 **participar desse debate. Altera a agenda, condensa o GT, porque estavam previsto três dias de**
1764 **reunião, a gente está condensando em dois dias e fará um relatório para trazer a esse pleno para**
1765 **discutir o consenso que hoje existe em relação às diversas propostas de composição que existem**
1766 **para os Conselhos de Assistência Social. O GT Procedimentos de Análise e Julgamento de**
1767 **Processos permanece quando necessário, algum processo de urgência e a Comissão de**
1768 **Financiamento funcionaria apenas trabalhando na execução orçamentária, já que ele tem um**
1769 **calendário trimestral a cumprir em outubro. Eu vou ler tudo e depois a gente discute as partes, se**
1770 **for o caso. Fizemos a minuta de resolução contendo menção honrosa à ex-presidência do CNAS,**
1771 **Valdete de Barros Martins e Nivaldo Luiz Pessinatti, que foi lida na reunião. A Presidência**
1772 **Ampliada concorda com a minuta e submete à Plenária para apreciação. “O Plenária do Conselho**
1773 **Nacional, em sua Reunião nº 170, realizada dia 12 de agosto, no uso de suas atribuições que lhe**
1774 **são conferidas pela Lei 8742, de 76 de dezembro de 1993 e competência estabelecida no inciso 6,**
1775 **artigo 26 do Regimento Interno do CNAS resolve aprovar uma menção honrosa à ex-conselheira**
1776 **Valdete de Barros Martins, representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à**

1777 *Fome e ao Conselheiro Nivaldo Luiz Pessinatti, representante da Confederação Nacional dos*
1778 *Bispos do Brasil – CNBB, pelo compromisso e brilhante atuação à frente da presidência do*
1779 *Conselho Nacional de Assistência Social. Essa resolução entra em vigor na data de sua*
1780 *publicação”.O estabelecimento de modelo de documento que comprova a presença dos*
1781 *Conselheiros para ser encaminhado aos órgãos quando solicitados. Aí tanto a parte governamental*
1782 *como a parte não-governamental solicitam essa comprovação de presença. Minuta de e-mail:*
1783 *“Visando resposta à solicitação sobre a frequência do Conselheiro XXXXX, representante do*
1784 *XXXX no Conselho Nacional de Assistência Social informo que o acompanhamento e controle da*
1785 *presença dos Conselheiros Nacionais no CNAS é realizado tanto por meio de assinatura de lista de*
1786 *frequência, como por intermédio das atas e gravações das Reuniões Ordinárias e*
1787 *Extraordinárias do CNAS. Isso posto, comunico que o Conselheiro titular/suplente XXXX,*
1788 *representante do XXXX cuja nomeação foi publicada na Portaria XXXX, do Diário Oficial da*
1789 *União, cópia anexa, confirmando que o referido Conselheiro é também exerce a função de*
1790 *coordenação, conforme resolução em cópia anexa e participa regularmente de todas as Reuniões*
1791 *Ordinárias e Extraordinárias do CNAS e da citada Comissão”. Isso se dirige a todos os órgãos de*
1792 *controle e entidades que precisam, quando for solicitado pelo Conselheiro. Nós temos diversas*
1793 *pendências de prestação de contas de Conselheiros e colaboradores. Os colaboradores nós vamos*
1794 *tratar em outro instrumento, mas os Conselheiros que nós temos que nominar, tem uma lista anexa.*
1795 *E peço aos Conselheiros e informo que quem não estiver com os comprovantes de viagem, as*
1796 *prestações de contas regularizadas não poderão ser convocados para as próximas reuniões. Não*
1797 *podem fazer o plano de viagem. Há alguns Conselheiros, inclusive, que devem devolução de diárias*
1798 *e peço a atenção dos senhores. Informações atualizadas sobre as atribuições da Presidência e da*
1799 *Secretaria Executiva quanto ao planejamento estratégico de 2009/2010. Será encaminhado aos*
1800 *membros da Presidência Ampliada documento atualizado contendo as providências adotadas pela*
1801 *Presidência e Secretaria Executiva, conforme suas atribuições no planejamento estratégico.*
1802 *Agenda do GT Composição, só mudar que alterou-se a data, ela vai se reunir nos dias 20 e 21 de*
1803 *agosto. Informes: A Federação das APAEs de Santa Catarina e APAE de Blumenau convidam o*
1804 *CNAS para participar da solenidade de abertura do XIII Congresso Nacional de APAEs e do IV*
1805 *Fórum de Autodefensores no dia 20 de agosto de 2009 em Blumenau. E o Fórum Nacional de*
1806 *Conselhos Estaduais, FONACEAS, convidou a Presidente do CNAS para proferir palestra do tema*
1807 *“PL 3077/2008 – Conteúdo político, participação dos Conselhos e tramitação” a ser realizada no*
1808 *dia 17 de setembro de 2009 durante a Reunião Ampliada, na cidade de Rio Branco, no Acre. O*
1809 *convite foi extensivo à Secretária Executiva do CNAS, para participar de oficina técnica com os*
1810 *Secretários Executivos no dia 18 de setembro de 2009. Por último, a minuta de pauta, que era o*
1811 *ponto dois, só para a gente terminar esses assuntos. No dia 14, conforme foi ontem bastante*
1812 *colocado, nós teríamos a reunião da Comissão Organizadora da VII Conferência”. Prosseguindo, a*
1813 *Secretária-Executiva relatou a agenda: dia 14, de 14h às 18h: reunião da Comissão de Política para*
1814 *continuar a discussão sobre a tipificação; dia 15, de 9h às 16h: reunião da Comissão Organizadora*
1815 *da VII Conferência; dia 16: reunião Plenária, com o item de aprovação de pauta, ata, informes;*
1816 *Plenária, julgamento de processos, informando a distribuição de processos de revisão nessa Plenária*
1817 *para julgamento na seguinte, assim como reconsideração de registro para ser julgado, distribuído*
1818 *pela Comissão de Normas; apresentação da pesquisa realizada pela consultora Rosângela Paz, sobre*
1819 *Inscrição de Entidades de Assistência Social; relato da Comissão Organizadora; e, realização da*
1820 *reunião da Presidência Ampliada; dia 17: relato do GT da Resolução 44, que tratava de*
1821 *procedimentos relativos à portaria 208; Câmara de Julgamento de Processos; relato do GT*
1822 *Composição; relato da Comissão de Política na parte relativa à tipificação; e, relato da Presidência*
1823 *Ampliada. Registrou que havia ficado pendentes, nessa oportunidade, dois relatos da Comissão de*

1824 Normas: relato da Comissão de Financiamento e relato da Comissão de Conselhos, ao que a senhora
1825 Presidente destacou que deveria ser incluídos na pauta desse dia, passando á discussão do relato da
1826 Presidência Ampliada. Primeiro assunto: proposta de assuntos prioritários pela Presidência para o
1827 CNAS até a VII Conferência Nacional de Assistência Social. A Secretária Executiva observou, para
1828 constar em ata que o GT Procedimento e Análise de Julgamentos teria como ênfase a
1829 implementação da Portaria 208, Portaria do Ministro a respeito da tramitação dos processos,
1830 precisando se agendar uma reunião. A Conselheira Simone indagou se não havia duas reuniões da
1831 Comissão de Política marcadas. O Conselheiro Sérgio ponderou que viria para a reunião do dia 14,
1832 no dia 15 nãoa teria compromisos, retomando no dia 16, ao que a Conselheira Edna esclareceu que
1833 ele seria convocado para colaborar na Comissão Organizadora no dia 15. Prosseguindo, a senhora
1834 Presidente passou para o item 2, pauta da próxima reunião, com a Secretária-Executiva indagando
1835 se havia algum questionamento e se poderia incluir os assuntos pendentes, Comissão de Normas,
1836 Financiamento e Conselhos. A Conselheira Edna se comprometeu, pela Comissão de Normas a
1837 encaminhar para todos os Conselheiros, se possível ainda nessa semana, os dois relatos que haviam
1838 ficado pendentes com as informações correspondente. A senhora Presidente passou para o item
1839 cinco, **Pendência da prestação de contas dos Conselheiros**, com a Secretária-Executiva
1840 relacionando os Conselheiros João Carlos, Frederico e Renato Saidel, indagando da Sra. Maira, do
1841 Serviço de Apoio ao Colegiado. A Conselheira Edna solicitou que essa tabela não fosse objeto de
1842 gravação nessa reunião, por ser informações que deviam ser preservadas. A Conselheira Simone
1843 observou que esses dados eram públicos, com o SMPD informando a todos, apoiada pelo
1844 Conselheiro João Carlos. O Conselheiro Frederico indagou se o acompanhante do Conselheiro não
1845 prestasse contas, prejudicava o Conselheiro, com a Secretária-Executiva colocando que cada
1846 colaborador ou acompanhante de Conselheiro respondia pela prestação de contas pelo seu CPF
1847 porque era informado no Plano de Viagem o CPF da pessoa, sendo importante que os Conselheiros
1848 que tinham acompanhantes, verificar e fazer esse acompanhamento. A senhora Presidente,
1849 destacando as colocações dos Conselheiros Edna e João Carlos, observou que cada um acertasse sua
1850 situação, sob risco de não poder participar das Conferências que viriam e das próximas reuniões. O
1851 Conselheiro Renato solicitou destaque nos itens quatro e cinco, sugerindo, como **encaminhamento**,
1852 que esse Colegiado também enviasse um ofício à ex-Conselheira Valdete e ao Conselheiro
1853 Pessinatti no reconhecimento de sua atuação, entendendo que apenas a publicação não era suficiente
1854 e que seria muito gratificante receber em casa o reconhecimento de sua atuação. Com relação ao
1855 item cinco, especificamente no texto da minuta do e-mail, manifestou que havia sentido a falta da
1856 questão da Presidência Ampliada, porque citava reunião de Conselho, Plenárias Ordinárias e
1857 Extraordinárias, mas faltando a Presidência Ampliada. A senhora Presidente explicou que os dois
1858 relatórios pendentes da Comissão de Normas, da Comissão de Financiamento e da Comissão de
1859 Conselhos, ficariam para a próxima reunião, se houvesse condição, porque a partir da próxima se
1860 estaria priorizando a VII Conferência. Destacou a importância de que todos estivessem presentes no
1861 Seminário no dia seguinte, considerando a lista de presença e por estarem estamos com diária do
1862 serviço público federal, diária e passagem. O Conselheiro Geraldo avisou que a Sociedade Civil
1863 teria uma reunião, indagando se participariam ou não. **ENCERRAMENTO**. Nada mais havendo a
1864 tratar, a senhora Presidente agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a Reunião.
1865 Gravaram-se todos os debates e depoimentos pelo serviço de som deste Ministério e, depois de
1866 transcritos, passarão a fazer parte integrante desta Ata, aprovada em Reunião de de
1867 2009.